

**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

RAQUEL FANNY BENNET FAGUNDES

**EMPODERAMENTO FEMININO E POLÍTICA EXTERNA À LUZ DA TEORIA
DOS PAPÉIS: O PAPEL DO GÊNERO NA ESTRATÉGIA DE PROJEÇÃO
INTERNACIONAL MARROQUINA**

**BRASÍLIA
2017**

RAQUEL FANNY BENNET FAGUNDES

**EMPODERAMENTO FEMININO E POLÍTICA EXTERNA À LUZ DA TEORIA
DOS PAPEIS: O PAPEL DO GÊNERO NA ESTRATÉGIA DE PROJEÇÃO
INTERNACIONAL MARROQUINA**

Monografia apresentada à Banca Examinadora do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília como exigência final para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais, sob a orientação da Prof^a. Dr^a. Vânia Carvalho Pinto.

**BRASÍLIA
2017**

RAQUEL FANNY BENNET FAGUNDES

**EMPODERAMENTO FEMININO E POLÍTICA EXTERNA À LUZ DA TEORIA
DOS PAPÉIS: O PAPEL DO GÊNERO NA ESTRATÉGIA DE PROJEÇÃO
INTERNACIONAL MARROQUINA**

Monografia apresentada à Banca Examinadora do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília como exigência final para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais, sob a orientação da Prof^a. Dr^a. Vânia Carvalho Pinto.

Banca examinadora:

Prof^a. Dr^a. Vânia Carvalho Pinto
IREL/ UnB
Orientadora

Prof^a Dr^a. Sônia Cristina Hamid
Instituto Federal de Brasília - IFB
Examinadora

Prof. Dr. Alcides Costa Vaz
IREL/ UnB
Examinador

**BRASÍLIA
2017**

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente à Deus por ter me permitido chegar até aqui. À minha mãe, Adriana, e à minha avó, Eleonora, por todo o suporte que me foi dado desde meu nascimento e que me fez concluir mais esta etapa. Agradeço o apoio no último ano e a compreensão no período de confecção desse trabalho. Sem vocês, nada disso seria possível.

Ao meu namorado, Iago, agradeço por sempre acreditar em mim e me dar o suporte necessário. Obrigada por todo amor e incentivo dado ao longo desses últimos meses. À Mila Campbell, agradeço não somente pela correção e auxílio na confecção deste trabalho, mas principalmente por sempre ter sido o tipo de amizade que me leva para frente. Obrigada por todo o apoio nessa fase e por sempre me dar motivação quando esta faltava.

Estendo meus agradecimentos às colegas Luíza Cerioli e Mirella Vaz pelo auxílio na correção desta monografia, as dicas preciosas que contribuíram para seu aperfeiçoamento, e pelo tempo tirado para solucionar minhas dúvidas desde o início desta empreitada. Aos demais colegas do CEGRI, agradeço pelos comentários e amadurecimento acadêmico que me permitiram ganhar desde que entrei no grupo.

Por fim, agradeço à minha orientadora, Prof. Dr^a Vânia Carvalho Pinto, por toda orientação e auxílio na produção deste trabalho, e principalmente pelos conhecimentos compartilhados desde os meus primeiros semestres de graduação. Sem a senhora a minha graduação definitivamente não teria sido a mesma.

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo identificar qual lugar o gênero ocupa dentro da projeção internacional marroquina. Tendo o Marrocos desempenhado uma série de reformas de liberalização a partir dos anos 1990, onde o empoderamento feminino constitui âmbito importante, esta dissertação pretende mostrar como este passou utilizar a implementação destas reformas no âmbito externo. Dentro desse contexto, utilizar-se-á a Teoria dos Papéis como aporte teórico para identificar de que forma pressões domésticas e internacionais fizeram com que um discurso de política externa baseado em tais políticas tomou forma. Para além disso, serão analisados discursos de líderes marroquinos buscando identificar quais são os padrões que compõem a estratégia de projeção internacional do país e de que forma esta é reconhecida por atores externos. Assim, pretende-se testar a hipótese de que a influência do gênero se mostra na política externa marroquina como uma esfera subsidiária da projeção de um papel de exemplo de reforma para o Oriente Médio e Norte da África (MENA), sendo fator relevante para seu reconhecimento externo.

Palavras-chave: Marrocos; Mulheres; Projeção Internacional; Política Externa; Teoria dos Papéis

ABSTRACT

This study has the aim of indentifying the place gender occupies in a Moroccan internacional projection startegy. Having developed a series of liberalizing reforms since the 90s where female empowerment comprises an important field, this work aims to show how Morocco has used the implementation of these reforms in foreign affairs. Within this context, Role Theory will be used as a theoretical frame to identify how domestic and international pressures have contributed to shape a discourse of foreign policy based on such policies. In addition, a series of speeches will be analyzed in order to identify the patterns that comprise the country's international projection strategy and how it is recognized by external actors. Thus, it is intended to test the hypothesis that the influence of gender is shown in the Moroccan foreign policy as a subsidiary sphere of the projection of an exemplary role of reform for the MENA region, being a relevant factor for its external recognition.

Keywords: Morocco; Women; International Projection; Foreign Policy; Role Theory.

SUMÁRIO

| | |
|--|-----------|
| INTRODUÇÃO | 1 |
| CAPÍTULO 1- Marco Teórico: Teoria dos Papéis e a Projeção Internacional Marroquina | 4 |
| 1.1 O Arcabouço Teórico da Teoria dos Papéis | 4 |
| 1.2 Metodologia e Aplicação do Marco Teórico ao Caso | 8 |
| | |
| CAPÍTULO 2 – Marrocos: As Reformas de Liberalização e sua Importância para a Política Externa do País | 10 |
| 2.1 Uma dimensão de gênero..... | 14 |
| 2.2 Juntando as variáveis: em busca de uma projeção internacional marroquina | 19 |
| | |
| CAPÍTULO 3 – O Marrocos e sua Performance de Papel | 23 |
| 3.1 A projeção de um novo papel?..... | 23 |
| 3.1.1 O gênero no discurso marroquino | 27 |
| 3.2 Uma projeção efetiva? O Marrocos visto como modelo de gênero na região | 29 |
| | |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 35 |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS | 37 |

INTRODUÇÃO

A influência do status da mulher nas Relações Internacionais não constitui um fenômeno novo. Apesar de ter sido fator irrelevante para os Estados durante séculos, este confere nos dias atuais valores importantes para tais atores, influenciando cada vez mais na sua legitimação no âmbito externo (TOWNS, 2009, p.699). No século XIX, o status da mulher enquanto categoria que atribui valores aos Estados possuía padrões diferentes. Àquela época, a exclusão da mulher da esfera política era vista como um indicativo de sociedade civilizada, enquanto povos que incluíam as mulheres nesses âmbitos eram considerados bárbaros (TOWNS, 2009, p.682). No contexto atual, no entanto, o que se percebe é uma mudança nesses valores. Enquanto em séculos passados a inclusão da mulher em certas esferas atribuía valores negativos aos Estados, hoje em dia a promoção dos direitos femininos é vista de forma positiva, sendo associada por vezes a valores “modernos” e “ocidentais” (TOWNS, 2009, p.682). Apesar de existir uma necessidade de contestação da relação entre empoderamento feminino e práticas e valores ocidentais, conforme defendido por Ann Towns (2009), esse tipo de associação ainda pode ser utilizada para explicar diversas dinâmicas presentes nas Relações Internacionais contemporâneas.

Nos dias atuais, o uso do status da mulher enquanto categoria importante para a legitimação dos Estados na esfera internacional pode ser verificado, por exemplo, na inclusão cada vez maior de tal tema dentro dos assuntos de política externa. Assim como observado na postura da Suécia ao se declarar o primeiro país com uma política externa feminista (GOVERNMENT OFFICES OF SWEDEN, 2015), na inclusão da igualdade de gênero como pilar fundamental da política externa australiana (PEACE RESEARCH INSTITUTE OF OSLO, 2016, p. 2) ou na inclusão do status da mulher como fator importante para a construção da nação emirati (CARVALHO PINTO, 2012, p. 25), a associação entre gênero e política externa tem se tornado fator cada vez mais presente na política internacional, o que o torna um fenômeno importante de ser estudado.

O Marrocos, ao ser analisado dentro do contexto das últimas décadas, pode ser visto como mais um exemplo dessa tendência. Sendo uma monarquia em que o Rei e sua elite possuem bastante poder, o Marrocos se mostrou um Estado bastante autoritário durante as últimas quatro décadas seguidas da independência do país em 1956. Neste período, o monarca controlava o executivo, o judiciário e o legislativo, exercia o cargo de comandante geral das

forças armadas, além de ter um importante papel religioso e cultural como ‘comandante dos fiéis’ (CASTILLEJO; TILLEY, 2015, p.7-8). No começo dos anos 1990, no entanto, este regime político precisou ceder espaço para demandas reformistas pela primeira vez desde os anos 1960 (MONJIB, 2011, p.2). À época, o *palácio*¹ estava sendo confrontado por uma combinação de novos fatores domésticos, regionais e internacionais que passaram a afetar a estabilidade do regime (MONJIB, 2011, p.2).

A junção de fenômenos como a ocorrência de protestos de grupos domésticos pedindo mudanças, uma onda de aberturas políticas em países vizinhos a nível regional e pressões de atores chaves na esfera internacional cobrando uma nova postura do país frente aos direitos humanos fizeram com que o reino precisasse mudar aos poucos seu regime. Como consequência, tais fatores levaram a monarquia a buscar expandir o espaço de atividade política da população, com o objetivo de manter a estabilidade do governo (MONJIB, 2011, P.3; MALKÁ; ALTERMAN, 2006, P.61). Para tal, Hassan II, rei do Marrocos até 1999, supervisionou um processo limitado de liberalização que garantiu espaço político e ativismo para grupos da sociedade civil (MALKÁ; ALTERMAN, 2006, P.61). Tal liberalização compreendeu uma série de reformas domésticas feitas no país, sendo estas em sua maioria reformas políticas e sociais, buscando proteger liberdades civis e promover direitos de grupos marginalizados (MONJIB, 2011, P.3). Dentro de tais reformas, as políticas ligadas ao empoderamento feminino compreendem uma dimensão relevante, tendo o país alcançado nos dias atuais níveis de direitos femininos sem precedentes na região do Oriente Médio e Norte da África (MALKÁ; ALTERMAN, 2006, P.61; CASTILLEJO; TILLEY, 2016, p.2). As consequências da implementação das políticas de gênero foram tão relevantes para a liberalização no Marrocos que influenciaram a forma como o país é visto internacionalmente, podendo estas serem analisadas como elemento fundamental na projeção internacional do país. É dentro desse contexto que surge a presente proposta de pesquisa.

Assim sendo, define-se a influência externa das políticas de empoderamento feminino marroquinas como o objeto de pesquisa desta dissertação. O objetivo do presente trabalho é analisar uma dualidade nas políticas de liberalização marroquinas. Apesar de terem sido empreendidas no âmbito doméstico, buscar-se-á identificar de que forma o Marrocos utiliza tais reformas, e principalmente sua dimensão de gênero, na esfera internacional. Utilizando um

¹ “O palácio” (*le palais royal*, em francês) é um termo político muito comum no Marrocos, que se refere de forma conjunta ao Rei, seus conselheiros e colaboradores mais próximos do governo. Ele inclui também os membros da família real que intervém de alguma maneira na política (MONJIB, 2011, p.2).

aporte construtivista, o presente trabalho pretende aplicar a Teoria dos Papéis, trazida para as Relações Internacionais pela primeira vez por Holsti (1970), ao estudo de caso do Marrocos. A aplicação dos conceitos principais da teoria se apresenta como uma ferramenta bastante útil para identificar de que forma ideias domésticas e externas influenciam na inclusão de novos temas dentro da performance de política externa dos Estados. Para além disso, a esquematização feita por Holsti (1970) de papéis pré-estabelecidos de política externa também confere a este aporte teórico certa precisão para identificar padrões de comportamento na conduta dos países.

Assim sendo, tal teoria se faz útil para responder à seguinte pergunta que norteia o trabalho: *de que forma a dimensão de gênero das reformas de liberalização empreendidas pelo Marrocos foi incluída no seu discurso de política externa e, conseqüentemente, adicionada à sua estratégia de projeção internacional?* A hipótese que será testada ao longo do trabalho é a de que a influência da dimensão de gênero pode ser vista dentro da projeção internacional marroquina como uma esfera subsidiária da projeção de um papel de exemplo de reforma e boa governança para o MENA, sendo fator relevante para seu reconhecimento externo.

A monografia é composta por esta introdução e mais três capítulos. O marco teórico, presente no capítulo 1, apresentará as principais definições conceituais da Teoria dos Papéis, localizando-a dentro da perspectiva construtivista e do campo de Análise de Política Externa (APE). Tal capítulo também se propõe a mostrar de que forma os conceitos-chaves da teoria, assim como a categoria de exemplo estabelecida por Holsti, serão aplicados ao trabalho. O segundo capítulo abordará as principais reformas empreendidas no processo de liberalização marroquina, possuindo um enfoque nas políticas de empoderamento feminino e na sua efetividade em comparação aos outros países da região. Ao final deste, também serão aplicados os conceitos-chaves da teoria buscando entender de que forma pressões reformistas domésticas e externas influenciaram na criação de um discurso marroquino de projeção internacional baseado nas reformas de liberalização marroquinas. O terceiro e último capítulo, por sua vez, irá se propor a analisar dois tipos de discursos ligados às reformas: os de projeção internacional do Marrocos e os de atores externos reconhecendo as políticas movidas pelo país nas últimas décadas. Dentro desta parte do trabalho, serão identificados padrões que se repetem nos discursos, buscando entender onde a dimensão de gênero das políticas se encontra. Por fim, serão apresentadas as considerações finais do trabalho.

CAPÍTULO 1 – MARCO TEÓRICO: TEORIA DOS PAPÉIS E A PROJEÇÃO INTERNACIONAL MARROQUINA

O presente capítulo tem como objetivo apresentar as principais ferramentas metodológicas do marco teórico que será aplicado ao caso sob análise: a Teoria dos Papéis. Começando por suas origens, pretende-se localizar a teoria dentro do construtivismo e da Análise de Política Externa, além de explicitar as definições atribuídas ao termo “papel”, os principais conceitos utilizados dentro desta e como relacioná-los. Ao final deste capítulo, pretende-se ainda entender de que forma a Teoria dos Papéis será aplicada ao caso do Marrocos na presente análise.

1.2 O ARCABOUÇO TEÓRICO DA TEORIA DOS PAPÉIS

Com o objetivo de explicar e entender as políticas externas dos Estados, a Teoria dos Papéis - ou *Role Theory*, em seu termo original em inglês - foca no entendimento das elites políticas nacionais, sua compreensão do sistema internacional e os papéis que podem ser percebidos nas condutas dos Estados dentro desse sistema maior (BENES, 2011, p.1). Graças às suas fortes ferramentas conceituais, a Teoria dos Papéis representa um excelente utensílio para uma abordagem construtivista² da Análise de Política Externa (APE) (BENES, 2011, p.2).

A Análise de Política Externa (APE), por sua vez, é atualmente uma área bem consolidada dentro do campo das Relações Internacionais. Por definição, tem como objeto de estudo os condicionantes da política externa dos Estados, assim como suas motivações, o processo de tomada de decisão e as consequências das ações tomadas no âmbito externo (SALOMÓN; PINHEIRO, 2013, p.40). A importância de uma perspectiva construtivista para a Análise de Política Externa (APE) está no estudo da relevância de fatores relacionados à interação entre identidade e estrutura, levando em conta que a primeira se relaciona com o que cada Estado compreende das ações e interesses dos outros atores no meio internacional (HOPT,

² O construtivismo é uma teoria de Relações Internacionais que é focada na construção social da política internacional. Tal abordagem leva em conta que os atores dentro da esfera internacional estão imersos em um ambiente social que os constitui, ao mesmo tempo em que este ambiente também é constituído por estes atores. A teoria tem como base, portanto, as seguintes premissas: (i) a realidade é socialmente construída; (ii) estruturas não são apenas definidas por forças materiais, como outras teorias de Relações Internacionais defendem, mas principalmente por ideias; e (iii) a construção das identidades e dos interesses dos atores é definida em grande parte por ideias compartilhadas (WENDT, 1999, p.1). O ambiente social, onde as ideias são propagadas, influenciaria a construção de identidades pelos atores e estas, por sua vez, teriam influência na definição dos seus interesses (p.17-18).

1998, p. 193). Tais identidades, por sua vez, determinam os processos de tomada de decisão e, consequentemente, as posições de política externa dos Estados (FERNANDÉZ-MOLINA, 2016, p.4).

A Teoria dos Papéis surgiu pela primeira vez na Análise de Política Externa (APE) em 1970, quando acadêmicos começaram a analisar o comportamento padrão de grupos de Estados na conjuntura bipolar da Guerra Fria. Desde então, um crescente número de teóricos afirmou a existência de um cada vez maior número de papéis sociais atribuídos aos Estados – como o de líder, mediador e iniciador – e de contra-papéis – como o de seguidor e agressor (WENDT, 1999 apud HARNISCH; FRANK; MAULL, 2012, p.7). No início, o conteúdo produzido dentro de política externa referente à Teoria dos Papéis focava na parte de “ego” dos papéis, ou seja, na conceptualização própria do propósito de um Estado. Como consequência, essa literatura acabou herdando muitos dos fundamentos da Teoria dos Papéis originários da sociologia, da psicologia social e da antropologia, que enfatizavam as raízes sociais e relacionais, como por exemplo os efeitos constitutivos de papéis e o reconhecimento destes por outros (COSER, 2003, p.340 apud HARNISCH; FRANK; MAULL, 2012, p.7). Também levando em conta essas raízes sociológicas e psicológicas, o trabalho inicial de Holsti em 1970, ao se basear fortemente no interacionismo simbólico de George H. Mead (1934), teve como assunto central o impacto do comportamento dos “outros” (o “alter”) nas concepções próprias de si mesmo de cada indivíduo (o “self”) (HOLSTI, 1970, p.237). Nesse sentido, a Teoria dos Papéis é um exemplo de teoria antropomórfica, ou seja, construída a partir da premissa de que se pode estabelecer uma analogia entre os indivíduos e o Estado (ESCUDE, 1994 apud BENES, 2011, p.3). Os papéis, dentro do escopo da análise sociológica individual, forneceriam aos indivíduos uma sensação estável de identidade (BLOOM, 1991; LINVILLE, 1985, 1987; NORTHRUP, 1989, p.55). É esperado que o mesmo processo ocorra dentro de Estados (CHAFETZ; ABRAMSON; GRILLOT, 1996, p.733).

Assim sendo, a Teoria dos Papéis assume que Estados são atores que se comportam de forma consistente com papéis específicos com os quais estes se identificam (CHAFETZ; ABRAMSON; GRILLOT, 1996, p.732). Isso pode ser visto através de uma analogia com o teatro, em que é esperado de um ator que este se comporte de acordo com padrões anteriormente estabelecidos, previstos em um script (JACKSON, 1972 apud AGGASTAM, 2006, p.12; AGGASTAM, 1999). Da mesma forma, o mesmo é esperado do comportamento dos Estados dentro da sociedade internacional, em que estes desempenham diferentes papéis de acordo com o “script” que criaram para suas ações. O papel seria portanto um fenômeno criado pela

combinação dos entendimentos subjetivos de um ator sobre qual deve ser o seu comportamento, as demandas da sociedade e o contexto particular em que tal papel está sendo performado (CHAFETZ; ABRAMSON; GRILLOT, 1996, P.732). Eles podem ser vistos, ainda, como categorias de comportamento que os Estados, assim como indivíduos, adotam para simplificar e ajudar na formulação de sua ação dentro do contexto onde vivem. Ainda de acordo com Holsti (1970), o “papel”, em sua aplicação dentro das Relações Internacionais, corresponderia aos condicionantes que determinam a posição que um Estado desempenha dentro do sistema internacional frente a um conjunto de expectativas de ação que os atores desse sistema têm de Estados que ocupam posições semelhantes (p.238).

Dentro da Teoria dos Papéis, além do próprio conceito de papel, existem três outros conceitos principais que contribuem para a Análise Política Externa (APE): (1) a performance nacional de papel (*national role performance*); (2) a concepção nacional de papel (*national role conception*) e (3) as prescrições de papel (*role prescriptions*) (HOLTI, 1970, p.240). Pode-se definir, primeiramente, a performance nacional de papel como o comportamento geral propriamente dito de política externa dos governos. Ela inclui padrões de atitudes, decisões, respostas, funções e compromissos em relação a outros Estados. Do ponto de vista de um observador, esses padrões ou decisões típicas podem ser chamados de papéis nacionais (HOLTI, 1970, p. 245). Já a concepção nacional de papel inclui a definição dos tomadores de decisão dos tipos de decisões, compromissos, regras e ações que seriam adequados para o Estado em questão, e das funções que um Estado deve performar no sistema internacional ou em sistemas regionais. É a sua “imagem” das orientações apropriadas ou funções que o país deve tomar no ambiente externo (HOLTI, 1970, pp. 245-246). Enquanto a performance nacional de papel é a ação em si, a concepção nacional de papel é o dever ser, ou a compreensão de qual ação deve ser tomada. A concepção nacional de papel pode ser influenciada por diversas características do Estado, como sua localização geográfica, seus recursos, suas necessidades sócio-econômicas, os valores nacionais, as tradições históricas de papéis performados, a opinião pública e suas necessidades políticas, entre outros.

Essas concepções nacionais de papel estão relacionadas com as prescrições de papel que advém do ambiente externo, que podem ser entendidas como as prescrições ou expectativas de atores internacionais – compreendidos como ‘alter’ – sobre como um Estado deve agir. As fontes dessas prescrições podem incluir a estrutura do sistema internacional, os valores gerais deste sistema, princípios gerais de cooperação, as regras, tradições e expectativas dos Estados conforme expressas em tratados e dentro de organizações internacionais, entre outros. O grau

em que estas prescrições de papel externas se tornam significantes para o desenvolvimento das concepções nacionais de papel varia consideravelmente em cada Estado e em cada contexto (HOLSTI, 1970, p.246). Além disso, um fator que pode determinar se uma prescrição é relevante para o Estado em questão é o fato desta advir ou não de um *significant other*. Sendo compreendidos como os atores internacionais importantes para o alcance dos objetivos de política externa de um Estado, os *significant others* têm papel essencial na operacionalização da Teoria dos Papéis. Estes atores fariam, assim, parte do “alter”. Existiria ainda uma relação constitutiva entre as variáveis supracitadas: as prescrições de papel do *alter* ajudam a moldar a concepção nacional de papel dos tomadores de decisão, que consequentemente altera a ação que será tomada no âmbito de política externa (ou seja, a performance de papel). A ligação entre os conceitos apresentados pode ser melhor ilustrada no esquema a seguir:

FIGURA I – A relação entre os principais conceitos da Teoria dos Papéis

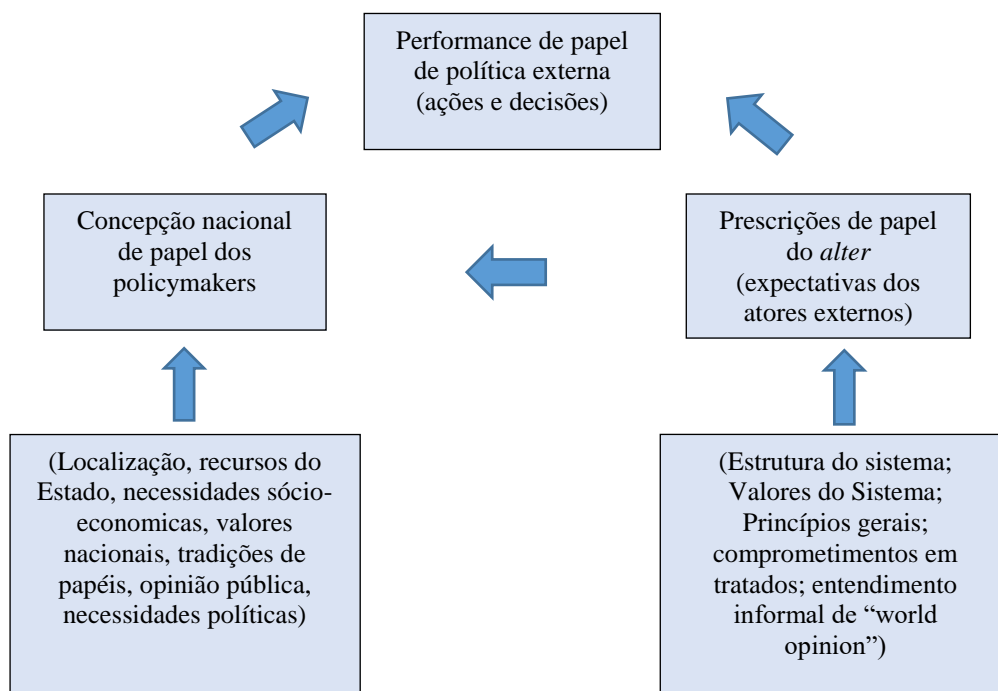


Tabela adaptada da apresentada por Holsti (1970), p.245

Para além dos conceitos supracitados, Holsti (1970) também utilizou outras categorias importantes dentro da Teoria dos Papéis. Em sua obra inicial, “*National Role Conceptions in the Study of Foreign Policy*”, o teórico identificou e padronizou um conjunto de dezessete papéis nacionais. São estes: bastião da revolução, líder regional, protetor regional, ativo-independente, apoiador da libertação, agente anti-imperialista, defensor da fé, mediador, colaborador do subsistema regional, desenvolvimentista, ponte, aliado fiel, independente,

exemplo, desenvolvimentista interno, isolacionista e protetor (HOLSTI, 1970, pp. 260-271). É importante ressaltar que tais papéis não são únicos e excludentes, mas podem coexistir em vários contextos, como na conduta de política externa de um mesmo Estado. Pretende-se utilizar no presente trabalho a categoria de exemplo, que compreende uma concepção nacional de papel que enfatiza a importância de se promover prestígio e ganhar influência no sistema internacional ao desempenhar certas políticas domésticas, que serviriam de exemplo para um grupo de países em questão (HOSLTI, 1970, p.268). Tal conceito será aplicado no capítulo 3 desta dissertação.

Apesar de padrões e categorias de papéis poderem ser vistos historicamente na conduta dos Estados, os elementos sociais permitem um certo grau de maleabilidade. A interação social é particularmente propícia de produzir mudança quando a concepção nacional de papel em questão não está de acordo com as expectativas externas do papel do Estado. Esses elementos sociais são compostos por experiências passadas e presentes que a nação possui com outros países, assim como pressões sociais e econômicas que a nação percebe de seus cidadãos e de outros países. De fato, elementos sociais provavelmente exercem a influência mais forte na concepção de papel de um Estado porque sem a experiência da interação social, certos atributos não possuem significado (CHAFETZ; ABRAMSON; GRILLOT, 1996, p.735-736). Em tais casos, debate interno, conflito ou indecisão podem resultar em mudanças graduais na concepção nacional de papel (BARNETT, 1993 apud CHAFETZ; ABRAMSON; GRILLOT, 1996, p.736). No caso do Marrocos, pretende-se analisar algo semelhante.

1.3 METODOLOGIA E APLICAÇÃO DO MARCO TEÓRICO AO CASO

Dentro do caso do Marrocos, pretende-se utilizar as principais ferramentas conceituais da Teoria dos Papéis – como as definições de concepção nacional de papel, performance de papel e prescrições de papel do *alter* – para auxiliar na análise de como as reformas de liberalização foram incluídas do discurso do país no âmbito externo. O encaixe dessas variáveis neste caso possui o objetivo de mostrar de que forma as ideias advindas tanto do âmbito doméstico como internacional tiveram papel essencial na construção da estratégia do discurso marroquino e, conseqüentemente, na projeção de um papel de exemplo de boa governança na região. Dentro disso, o objetivo central do estudo é identificar de que forma ocorre uma influência da dimensão de gênero para a legitimação deste papel.

A análise que será empreendida neste trabalho terá cunho qualitativo. Uma vez que busca-se identificar o lugar que o gênero ocupa no padrão de projeção internacional marroquina,

a metodologia utilizada neste trabalho será a análise de conteúdo de discurso. É importante ressaltar que esse tipo de análise foca na identificação dos principais termos presentes nas fontes analisadas, buscando dar sentido a frequência que certos adjetivos e valores aparecem (HERMANN, 2008, p. 157). As fontes primárias deste estudo, às quais tal ferramenta de análise será aplicada, são compostas por 28 discursos sobre as reformas de liberalização proferidos por atores relevantes para a pesquisa. Entre estes, metade são discursos de líderes marroquinos e metade proveniente de atores externos. Tal seleção foi feita com o objetivo de analisar tanto os padrões de projeção do país para o âmbito internacional quanto os de reconhecimento das políticas. A análise foi feita em sua maioria utilizando-se a versão original em francês dos discursos. Outros, principalmente aqueles que contém padrões de reconhecimento externo do Marrocos e consequentemente foram proferidos por atores não-marroquinos, foram analisados em língua inglesa.

Pretende-se ainda, a partir das análises de conteúdo a serem empreendidas, enquadrar a postura do Marrocos em relação às suas políticas de liberalização em um dos 17 papéis pré-estabelecidos por Holsti: o papel de exemplo. Junto a isso, analisar-se-á onde a dimensão de gênero se insere dentro desse papel e de que forma esta influencia a maneira como este é recebido e reconhecido por audiências externas. Por fim, o estudo ainda se propõe a comparar de que forma os padrões apresentados nos discursos de projeção internacional do país estão presentes na menção às reformas feita por atores externos. A partir dessa comparação, identificar-se-á um padrão da conduta marroquina que não estava presente na projeção inicial desempenhada pelo país, o que é fortemente corroborado pela menção à excepcionalidade nas políticas ligadas ao gênero.

CAPÍTULO 2 – MARROCOS: AS POLÍTICAS DE LIBERALIZAÇÃO E SUA IMPORTÂNCIA PARA A POLÍTICA EXTERNA DO PAÍS

Conforme mencionado anteriormente, devido ao seu contexto doméstico, regional e internacional, o Marrocos teve uma grande motivação para demonstrar compromisso com reformas políticas e econômicas a partir dos anos 1990. Até tal época, o Rei Hassan II³ havia reinado de forma bastante autoritária, fazendo com que críticas a respeito do governo fossem severamente reprimidas e punidas (MONJIB, 2011, P.2).

Uma série de acontecimentos começou a mudar tal contexto. A nível doméstico, destaca-se um conjunto de protestos no Marrocos contrários ao apoio da monarquia a campanha contra Saddam Hussein em 1990. Com a invasão do Kuwait pelo Iraque em 1990, o Rei Hassan II mandou 1300 soldados para a Arábia Saudita buscando apoiar a campanha contra o líder iraquiano. No entanto, uma vez que Saddam justificou a invasão com o argumento de que a liberação da Palestina só seria possível dessa maneira, uma drástica mudança no ambiente político do Marrocos ocorreu. Uma vez que as demonstrações pró-Iraque que emergiram por todo país, os esforços da polícia nacional não obtiveram êxito em contê-las (MONJIB, 2011, P.2). Assim, essa crescente onda de demonstrações e protestos culminou em uma grande crise política no país e a pressão pública forçou o governo a não reprimir tais movimentos, como era feito de costume, mas a autorizá-los. Como consequência, o palácio acabou por eliminar a proibição de demonstrações públicas, que antes era garantida por lei (MONJIB, 2011, P.3). Pode-se dizer que esse foi o início das transformações políticas no país, que continuariam até os anos 2000 (MONJIB, 2011, P.3). Nos meses seguintes, como consequência desta primeira liberalização, a cobertura midiática também começou a se tornar mais livre e menos reprimida no país.

Enquanto isso, a nível regional, uma onda de aberturas políticas em alguns países vizinhos também pressionou Hassan II a ser menos autoritário no poder. Durante dois anos, a Argélia experimentou uma onda democrática e o governo da Tunísia passou a mudar sua postura frente aos partidos de oposição, optando por relações não repressivas com estes (MONJIB, 2011, P.3). Junto a esta tendência, o contexto internacional da época também apresentava mais pressões para que ocorressem mudanças. A crescente proeminência do Fundo Monetário Internacional (FMI) e seus programas de reestruturação em países emergentes nos anos 1990 afetou o Marrocos, fazendo com que este se visse compelido a embarcar em um dos

³ Seu reinado durou de 1961 à 1999.

programas do fundo por causa de sua dívida externa e exorbitantes gastos públicos (MALKA; ALTERMAN, 2006, P.22).

Nesta mesma época, um possível abalo nas relações com a União Europeia (UE), parceiro central do país e ator fundamental para o alcance de seus objetivos de política externa, também preocupava o Marrocos. O reino, assim como outros países do mediterrâneo, era um dos receptores de ajuda financeira da UE através da *Renovated Mediterranean Policy* (RMP). No entanto, o RMP, no início dos anos 1990, passou a enfatizar fortemente a importância dos direitos humanos, acrescentando uma nova provisão que permitia ao Parlamento Europeu congelar o orçamento dado a esses países quando em casos de sérias violações de direitos. Nesse contexto, em janeiro de 1992, o Parlamento decidiu congelar o quarto protocolo financeiro estabelecido com o Marrocos (1991-1996) por causa dos constantes problemas do país com direitos humanos (HADDADI, 2010). Ao mesmo tempo, algumas mudanças de prioridade na comunidade internacional exerceram ainda mais pressão sob o reinado de Hassan II. Na França, o governo do presidente François Mitterrand (1981-1995) pressionou o Marrocos a melhorar seu desempenho na proteção dos direitos humanos. Além disso, na mesma época, um livro do autor Gilles Perrault, que descrevia os abusos do regime de Hassan II, esteve por meses na lista dos mais vendidos do país. Nos EUA, a esposa americana de um prisioneiro de Tazmamart⁴ tornou pública a condição dos prisioneiros políticos no Marrocos, o que consequentemente fez o governo americano tomar uma posição semelhante à França em relação aos direitos humanos no país (MONJIB, 2011, p.3).

Dado o contexto, o Rei Hassan II não tinha mais como compensar a sua falta de comprometimento com a questão dos direitos humanos (MONJIB, 2011, P.3). Como consequência, todos esses fatores levaram a monarquia a buscar mudar o regime com o objetivo de manter a estabilidade do governo (MONJIB, 2011, P.3; MALKA; ALTERMAN, 2006, P.61). Para tal, Hassan II supervisionou um processo limitado de liberalização que garantiu espaço político e ativismo para grupos da sociedade civil (MONJIB, 2011, P.3; MALKA; ALTERMAN, 2006, P.61). No caso do Marrocos, existe uma razão para este processo ser intitulado “liberalização”, e não “democratização”. O termo “democratização” geralmente se refere a uma redistribuição de poder substancial e institucionalizada de uma entidade autoritária para instituições eleitas (i.e. parlamento, assembleias, entre outros). A partir dessa definição, no entanto, não se pode falar no Marrocos em termos de democratização, mas apenas em termos

⁴ Uma das prisões secretas marroquinas para onde presos políticos eram levados.

de abertura política ou liberalização, já que todo o poder continuou nas mãos da porção não-eleita do Estado: o Rei (MONJIB, 2011, P.3). Assim sendo, a liberalização, no caso do Marrocos, se refere à suavização dos métodos de controle da sociedade pelas instâncias do regime autoritário, seja alterando leis excessivamente repressivas (mais notavelmente no código penal) ou por um respeito mais efetivo às leis que protegem as liberdades civis (MONJIB, 2011, P.3). A sociedade civil e as organizações não-governamentais (ONGs) seriam as principais formas de expressão política dentro desse contexto, e várias organizações surgiram nessa mesma época representando uma grande variedade de interesses, incluindo os direitos das mulheres (MALKA; ALTERMAN, 2006, P.61).

As reformas não implementadas no governo de Hassan II foram herdadas pelo rei Mohammed VI⁵ quando este ascendeu ao trono em 1999. O novo rei se mostrou publicamente favorável à causa da reforma logo nos primeiros meses de mandato e seus discursos evocaram repetidamente os princípios da democracia e do pluralismo (MALKA; ALTERMAN, 2006, P.62). As reformas mais ambiciosas do rei Mohammed VI foram aquelas que se direcionaram às relações entre os cidadãos e o governo. Questões como os direitos humanos - e principalmente os direitos das mulheres - podem ser vistas, dentro desse contexto (MALKA; ALTERMAN, 2006, P.62). Isso pode ser observado na quantidade de políticas relacionadas ao gênero que foram implementadas ao longo deste processo de reforma, tanto no âmbito social, como no político e no religioso.

De forma geral, as reformas empreendidas pelo governo marroquino desde 1990 podem ser divididas em duas categorias: as reformas políticas e civis e as reformas sociais e culturais. Na primeira categoria, pode-se verificar uma série de políticas ligadas a promoção dos direitos humanos. As principais dessas foram: (i) um aumento considerável das liberdades de imprensa, expressão, assembleia e associação, culminando em um desenvolvimento considerável da mídia independente; (ii) o declínio dos casos de tortura e desaparecimento forçado em relação aos altos níveis que existiram entre 1960 e 1980; (iii) um desenvolvimento ativo da sociedade civil, através da criação e do reforço de associações independentes do regime⁶; (iv) reformas constitucionais que criaram limitações ao poder da monarquia⁷; (v) eleições mais transparentes

⁵ Filho de Hassan II. Rei do Marrocos de 1999 até os dias atuais.

⁶ Um exemplo proeminente disso foi a expansão da Associação Marroquina para os Direitos Humanos (AMDH), a maior e mais influente associação de direitos humanos no Norte da África.

⁷ As reformas constitucionais ocorridas em 1992 e 1996 não mudaram a natureza autoritária do regime, mas abriram a porta para limitações ao poder do monarca

e aumento da representação feminina⁸; (vi) estabelecimento de mecanismos para que haja um diálogo nacional sobre direitos humanos, como com a criação da Comissão de Reconciliação e Equidade (*l'Instance Équité et Réconciliation*, IER) em 2004; e (vii) melhora no funcionamento da administração pública e local, havendo um aumento significativo no cuidado com as necessidades dos cidadãos nessas instâncias (MONJIB, 2011, p.6-8).

Já no âmbito social e cultural, outros avanços significativos foram empreendidos: (i) um aumento da igualdade de gênero (a ser melhor explorado na próxima subseção); (ii) maior foco na redução da corrupção, principalmente com o estabelecimento do Órgão Central para Prevenção da Corrupção (*Instance Centrale de Prévention de la Corruption*, ICPC); e (iii) o desenvolvimento de uma política cultural e religiosa baseada em dois pilares buscando conter a ascensão do islamismo radical: a promoção de cultura secular e universal, principalmente entre a porção jovem e urbana do país, e a implementação de uma política religiosa baseada no islamismo popular e no sufismo⁹ (MONJIB, 2011, p.8-9).

As reformas supracitadas acabaram por estimular uma abertura sem precedentes do espaço político para que demandas de diversos grupos marginalizados surgissem no Marrocos. Dentro desse contexto, um dos principais movimentos foi a busca pela melhoria dos direitos das mulheres no país (CASTILLEJO; TILLEY, 2015, p.26). Seguindo essa tendência, desde os anos 1990, as mulheres no Marrocos têm se mobilizado para demandar direitos e inclusão social de uma forma única na região, alcançando níveis de direitos formais e políticos que mulheres em nenhum lugar da região do MENA conquistaram. Além disso, os direitos das mulheres no Marrocos também avançaram mais que os de outros grupos marginalizados no país (como os do povo Bérbere, por exemplo), o que se dá tanto por causa da eficácia da mobilização pelos grupos de mulheres, como por causa do grande apoio da monarquia a essa reforma (CASTILLEJO; TILLEY, 2015, p.7), como será demonstrado a seguir.

⁸ A eleição parlamentar de 2002, primeira a ocorrer no governo de Mohammed VI, foi relativamente justa e transparente, com uma diminuição considerável do nível de intervenção das autoridades locais

⁹ Em grande parte da história do Marrocos, a fé islâmica foi praticada de forma pacífica, e o governo vem tentando reviver esse sentimento para enfraquecer o Islã político, que possui demandas políticas mais radicais. O governo também decidiu remover afirmações que desrespeitam os direitos humanos de livros escolares e religiosos. Além disso, o Ministro para Assuntos Religiosos iniciou um treinamento para o *murshidat*, um grupo de guias religiosas femininas, e o integrou como parte do departamento de educação do ministério. Foi a primeira vez que mulheres ganharam uma missão religiosa oficial (MONJIB, 2011, p.8-9).

2.1 UMA DIMENSÃO DE GÊNERO

O progresso na promoção dos direitos das mulheres marroquinas se deu por um processo dual, composto de um lado por uma reforma política *top-down* e por outro pela agência das mulheres marroquinas em busca de seus direitos (CASTILLEJO; TILLEY, 2015, p.23). No contexto das reformas de liberalização, um grande número de associações de mulheres emergiu, tendo impacto na pressão por políticas para o empoderamento feminino. As maiores associações nesse sentido foram a l'Union Féminine Marocaine e a l'Organisation Démocratique des Femmes du Maroc, ambas engajadas na promoção da igualdade de gênero dentro do Marrocos (ENNAJI, 2016, p.4).

As políticas de empoderamento feminino que foram implementadas no Marrocos se dividem em três eixos principais: (i) abertura política e aumento da participação feminina no governo; (ii) reformas legais e constitucionais (iii) conquista de direitos sociais e econômicos. Dentro do primeiro eixo de reformas, uma das maiores conquistas da abertura política no Marrocos foi a criação de um maior espaço de participação para as mulheres dentro das instituições políticas. As mulheres ganharam o direito ao voto no país no período pós-independência, na antiga constituição de 1962, e só em 1993 foi a primeira mulher eleita para o parlamento. Apesar disso, as mulheres continuaram largamente excluídas das instituições, quando finalmente nos anos 2000 houve uma mobilização maior por políticas buscando alcançar um número significativo de assentos femininos na política (CATILLEJO; TILLEY, 2015, p.11).

Dado que a constituição de 1962 do Marrocos afirma que mulheres e homens devem ter igual acesso à porção eleita do governo, as ativistas feministas marroquinas usaram este direito constitucional para argumentar uma participação mínima de 30% neste âmbito. Tal ativismo resultou na política de cotas que foi introduzida na chamada Carta Comunitária de 2008, garantindo 12% de representação feminina. Um fundo para apoiar a promoção de mulheres na política também foi lançado, o que forneceu incentivos financeiros para os partidos políticos aumentarem o número de assentos dados às mulheres. Essas medidas fizeram com que as mulheres ganhassem mais de 12% dos assentos nas eleições de 2009 (98% eleitas em vagas reservadas para mulheres); um aumento significativo em relação às eleições de 2003, quando as mulheres ocuparam menos de 1% dos assentos (QUOTA PROJECT, 2015).

A adoção da representação proporcional em 2002 também abriu novas oportunidades, fazendo com que os partidos políticos concordassem em voluntariamente reservar 30 assentos para mulheres entre os 325 da Assembleia dos Representantes (CARVALHO PINTO, 2011,

p.14). Após a Primavera Árabe, a mobilização feminina ainda conseguiu estender tais vagas para 60 assentos (de um novo número de 395 assentos da Assembleia de Representantes) (LLOREN, 2014, p.3). Como consequência, a representação das mulheres cresceu ainda mais, passando estas a ocupar 17% dos assentos parlamentares em 2011 (bem mais do que a média da região) e alcançando 21% em 2016 (AGOUGHTIM, 2016)

FIGURA II. Porcentagem de mulheres no parlamento: comparação entre Marrocos e a média dos países do MENA



FONTE: (UN STATISTICS, 2013 apud CASTILLEJO; TILLEY, 2015, p.12)

No âmbito jurídico, pode-se enxergar também diversas reformas. Desde 1990, uma série de mudanças constitucionais e legais passaram a ocorrer no Marrocos, tendo o potencial de aumentar a agência das mulheres e dar ainda mais benefícios para seu papel na política. As principais reformas envolvem a ratificação de convenções internacionais para os direitos femininos, a mudança nos códigos de família e trabalho, a reforma da constituição e emendas à legislação criminal do país. A primeira dessas iniciativas ocorreu em 1993, ainda no governo de Hassan II. Neste ano, o Marrocos ratificou a Convenção para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher (CEDAW). Ao ratificar tal acordo internacional, o governo reconheceu a universalidade dos direitos das mulheres (apesar de ter excluído algumas cláusulas do acordo) (UNICEF, 2011, p.1). Isso deu ao movimento das mulheres marroquinas ainda mais influência em suas negociações para que houvesse mudança das legislações domésticas (p.12). O código trabalhista marroquino de 2003 também foi alterado, reconhecendo pela primeira vez a existência de discriminação baseada no gênero e criminalizando o assédio sexual no ambiente de trabalho (artigo 40) (INTERNATIONAL LABOR ORGANIZATION, 2003, pp.3-11).

No centro do debate sobre os direitos da mulher no Marrocos, assim como em outros países islâmicos, está a questão do Estatuto da Família. A *Moudawana*, o estatuto marroquino da família, foi estabelecida em 1957, sendo o único conjunto de leis do país baseado em leis islâmicas (ŽVAN, 2007, p.3-4). Esta era extremamente discriminatória em relação às mulheres, concedendo-lhes um claro status de inferioridade. O documento codificava o status subordinado da mulher dentro da família em relação às questões de divórcio, casamento, custódia de crianças, herança e direitos de propriedade. Assim sendo, tal conjunto de leis reforçava as limitações sociais e financeiras das mulheres e aumentava a exposição destas a uma série de abusos e violações de direitos humanos, como por exemplo ao casamento forçado (TAVAANA, 2007, p.1-2). Inicialmente, pequenas reformas foram feitas na *Moudawana* em 1993. Tais mudanças foram essenciais pois demonstraram que o estatuto não era um documento sagrado e inalterável, como oponentes da reforma afirmavam (ŽVAN, 2007, p. 61). Reformas mais substanciais, no entanto, ocorreram em 2004, que levaram a *Moudawana* a ser renomeada como Código da Família. Tais mudanças incluíram: (i) a eliminação do princípio de que a mulher é obrigada a obedecer seu marido; (ii) o estabelecimento da responsabilidade parental igualitária tanto no cuidado com a casa, quanto com as crianças; (iii) o direito da mulher de opinar em assuntos legais sem a guarda do marido; (iv) a instituição do consenso entre marido e mulher para que haja o divórcio, se opondo ao direito anterior de que apenas o marido poderia fazê-lo unilateralmente; (v) o aumento da maioridade para casamento de 15 para 18 anos e (vi) o estabelecimento de mais divisões de família ligados às questões de gênero (AFILAL, 2008, p.10; ŽVAN, 2007, p. 89-92; WORLD BANK, 2012, P.335-336).

Após as mudanças, o Código da Família do Marrocos estabelecido em 2004 se tornou um dos mais progressistas do mundo árabe. O *The Social Institutions and Gender Index (SIGI)* o identificou em sua edição de 2012 como o país como o ‘*top-ranking country*’ na região, citando como justificativa os avanços nos direitos das mulheres e principalmente as reformas no Código da Família (SIGI, 2012, p.23). A reforma de tal legislação definitivamente foi essencial para a mudança nas relações de poder entre homens e mulheres dentro da família (PITTMAN, 2008, p.1-2)

Em 2011, na época da primavera árabe, outro avanço foi muito importante para as mulheres: o advento da nova constituição do Marrocos. Os movimentos feministas marroquinos mobilizaram e influenciaram fortemente o seu processo de elaboração, incluindo entre as principais provisões relacionadas ao gênero: (i) a afirmação da igualdade de direitos políticos, civis, sociais para mulheres e homens; (ii) a proibição de todas as formas de discriminação, com

menção específica à violência baseada no gênero; (iii) a concessão à Comissão Nacional de Direitos Humanos (CNDH) de status constitucional, independência e mandato para monitorar o respeito aos direitos humanos, (iv) a criação de uma autoridade específica para promover a igualdade e combater todas as formas de discriminação, a ser estabelecido pela NHRC; e (v) o reconhecimento da supremacia de normas internacionais relacionadas ao gênero sob a legislação doméstica, abrindo o caminho para que às ressalvas à CEDAW fossem retiradas (CASTILLEJO; TILLEY, 2015, p.14). Por fim, uma emenda parlamentar ao código penal marroquino (mais especificamente ao artigo 475) foi feita em 2014 removendo a provisão de que estupradores poderiam escapar da condenação se casando com a vítima, mesmo se esta fosse menor de idade¹⁰.

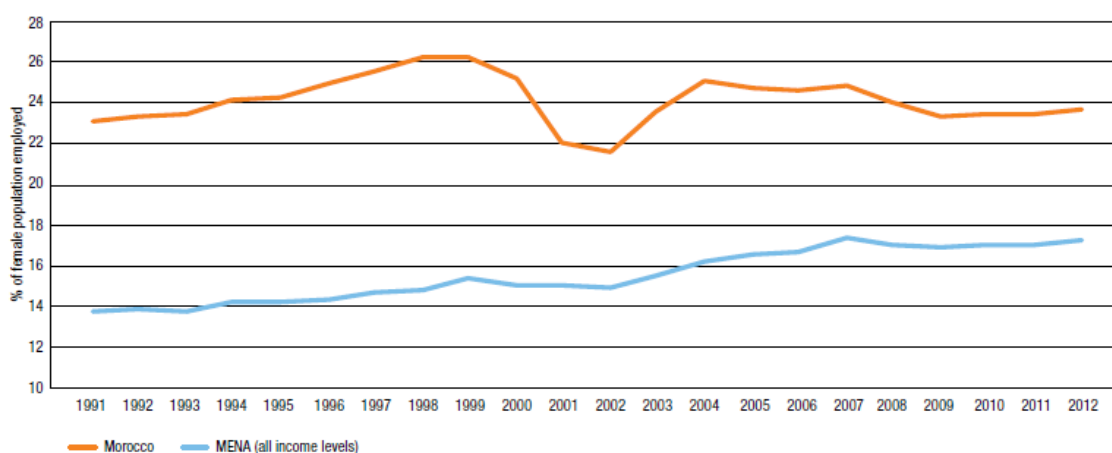
O terceiro eixo de reformas também engloba questões sensíveis ao status da mulher na sociedade marroquina: as questões sociais e econômicas. Uma das reformas mais interessantes foi a implementação de uma política para incluir a questão de gênero nos orçamentos nacionais. Em 2006, o primeiro ministro do Marrocos, Driss Jettou (2002-2007), apoiou as reformas propostas para introduzir um Orçamento Sensível ao Gênero (GRB), emitindo uma circular requisitando que a questão das mulheres seja integrada nesse campo sempre que possível. Disso, seguiu-se o recolhimento de dados e a produção do primeiro Relatório de Orçamento de Gênero do Marrocos, que foi anexado ao Orçamento Nacional. A partir desse relatório, houve um compromisso do governo de que todo Orçamento Nacional seria analisado em suas implicações para a igualdade entre homens e mulheres, onde alguns ministros (21 dos 49 existentes) se voluntariaram para fornecer os dados necessários para o relatório acontecer (INTERNATIONAL MONETARY FUND, 2016, p.12). A política de Orçamento Sensível ao Gênero do Marrocos ainda foi tida pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) como a melhor da região (INTERNATIONAL MONETARY FUND, 2016, p.12).

Para além de tal política, a participação das mulheres na força de trabalho marroquina também é uma das maiores entre os países do MENA. O trabalho assalariado de mulheres em setores formais aumentou de uma base bem baixa ao longo dos últimos 20 anos, sendo a proporção de mulheres com mais de 15 anos no mercado de trabalho de 23% em 2011. As reformas econômicas dos anos 1990 aceleraram as mudanças no mercado de trabalho, abrindo novas oportunidades para as mulheres, fazendo com que o trabalho feminino deixasse de ser

¹⁰ Tal reforma foi feita em resposta à uma intensa campanha feita pelos movimentos femininos marroquinos e organizações de direitos humanos internacionais por causa do suicídio de Amina Filali, uma menina de 16 anos que foi forçada a se casar com seu estuprador em 2012 (P.14)

predominantemente rural para dominar outros setores. As mulheres estão fortemente representadas nos setores que envolvem serviços: elas compõem 65% dos trabalhadores em serviços pessoais ou domésticos, 62% em serviços sociais ou comunitários, 50% nos assuntos financeiros e imobiliários e 57% na área dos manufaturados (CASTILLEJO; TILLEY, 2015, p.16; ROUDI-FAHIMI; MOGHADAM, 2003, p.5). Pode-se verificar, na tabela a seguir, a comparação do status da mulher no mercado de trabalho marroquino com a média da região.

FIGURA III: Porcentagem de mulheres empregadas: comparação entre Marrocos e a média entre os países do MENA



FONTE: (WORLD DEVELOPMENT INDICATORS, 2014 apud CASTILLEJO; TILLEY, 2015, p.16)

Na área de educação, a alfabetização de meninas teve um progresso impressionante desde 1990 (ROUDI-FAHIMI; MOGHADAM, 2003, p.6). Apesar da constituição de 1962 garantir o direito universal à educação, em 1991 apenas 52% das meninas iam à escola primária. Em 2012, tal número cresceu 112%, dando ao Marrocos um dos níveis mais altos de educação feminina na região. A diferença entre meninos e meninas na escola primária diminuiu bastante: enquanto em 1984 era de 40,6%, em 2012 passou a ser apenas 6%. (WORLD BANK, 2012, p.383). Na área da saúde, o acesso das mulheres também melhorou significativamente desde os anos 1990, e mudanças mais rápidas ocorreram nos últimos anos como parte de um esforço deliberado para elevar tais padrões. Como exemplo, houve investimento público no melhor atendimento às gestantes e no encorajamento das mulheres em fazer acompanhamento pré e pós-natal. A taxa de mortalidade caiu de 300 mortes a cada 100.000 nascimentos em 1990 para 100 em 2010 (uma diminuição de 67%). Tal número definitivamente é melhor que a maioria dos países do MENA e representa o único grande declínio na região (WORLD BANK, 2012).

Do exposto acima, verifica-se que a melhoria das condições de vida das mulheres marroquinas foi amplamente reconhecida a nível internacional como fator excepcional na região. Este reconhecimento serve como amparo para estratégia de projeção internacional marroquina utilizar as questões de gênero como fator de diferenciação positiva em relação aos outros países árabes na sua política externa, conforme será visto.

2.2 JUNTANDO AS VARIÁVEIS: EM BUSCA DE UMA PROJEÇÃO INTERNACIONAL MARROQUINA

Os esforços do Marrocos em promover o empoderamento feminino através de suas políticas possuem um diferencial: em vários dos âmbitos onde o país investiu no tratamento da mulher, este acabou ganhando posições de destaque em índices de direitos humanos e/ou sendo classificado como um dos melhores da região do Oriente Médio e Norte da África (MENA). Tal característica, no entanto, provavelmente não é apenas motivada pelo desejo do governo de empoderar mulheres: ao contrário disso, pode ser vista como parte de uma estratégia de se projetar internacionalmente.

As políticas de igualdade de gênero podem, primeiramente, ser vistas dentro de um contexto maior de promoção de direitos humanos em busca da legitimação do Marrocos no âmbito internacional. Segundo alguns autores, a promoção de reformas sociais pelo palácio, e consequentemente também a melhora dos direitos da mulher nos últimos anos, pode ser vista como movida pela necessidade de mitigar pressões internacionais relativas à promoção de direitos humanos. Mouaquit (2009), por exemplo, argumenta que o apoio do rei Mohammed VI à reforma de gênero é fortemente motivada por fatores externos, como a agenda econômica do país no âmbito internacional. O autor ainda afirma que o comprometimento do Marrocos com o status da mulher advém de um desejo de adquirir outros ganhos, interessando-se mais o governo pela influência que uma alta posição em índices como *Human Development Index* pode ter do que com a melhora das vidas das mulheres marroquinas. A importância de tais índices para estes atores se insere dentro de uma tendência presente nas últimas décadas que confere à promoção dos direitos humanos valores positivos para os Estados, uma vez que representam padrões contemporâneos de civilização. Assim sendo, na sociedade atual, conforme identificado por Donnelly (1998) e Towns (2009), a conformidade e promoção de questões de direitos humanos é importante para que tais atores participem de forma completa e legítima como membros da sociedade internacional (TOWNS, 2009, p.684). O status da mulher, da mesma forma, também é enxergado como padrão importante para a legitimação dos Estados no

âmbito internacional, pois também atribui nos dias atuais uma imagem positiva e moderna a estes (TOWNS, 2009, p.684).

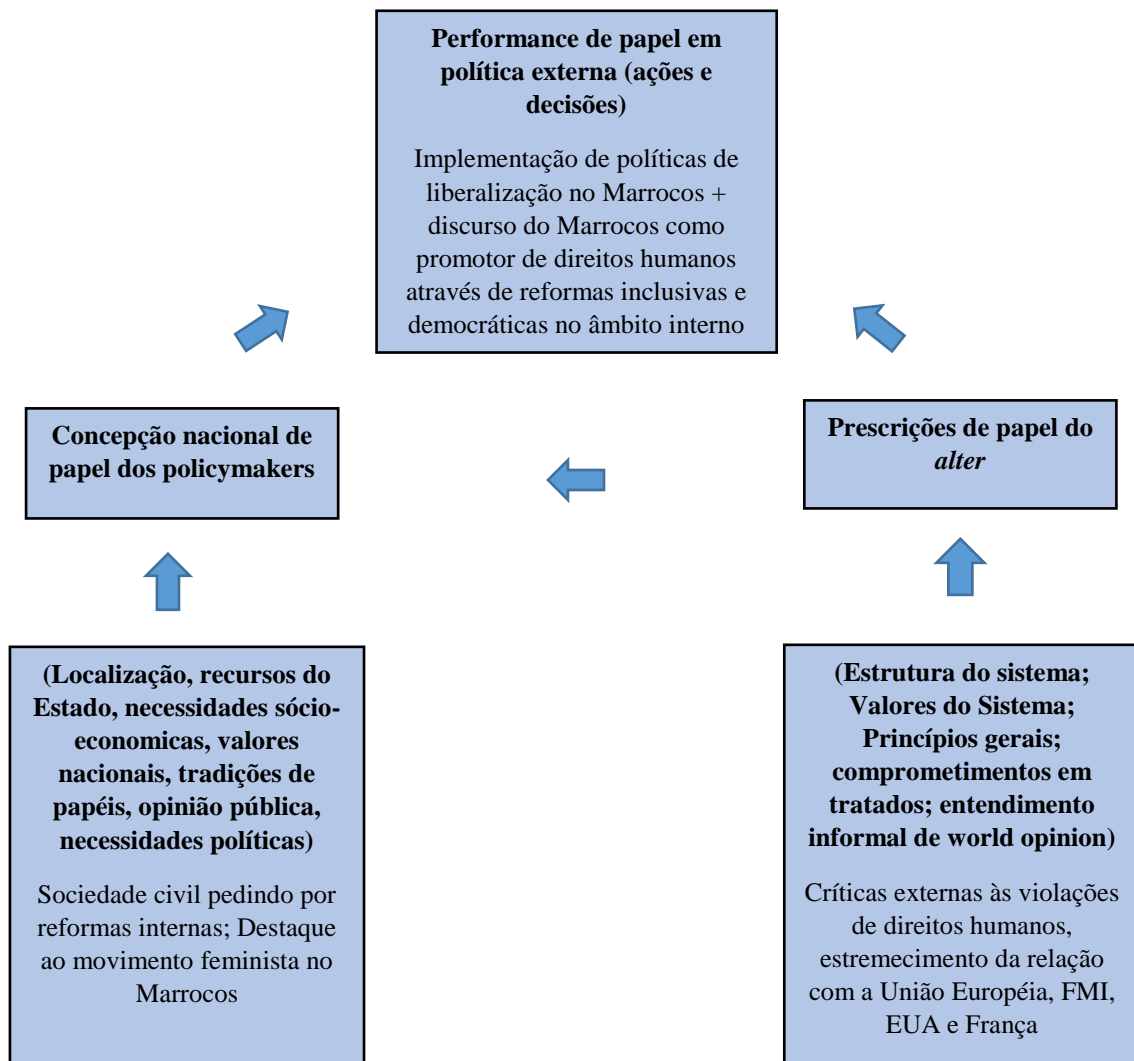
Analisando as informações fornecidas pelo presente capítulo através da perspectiva da Teoria dos Papéis, é possível enxergar de que maneira as políticas de liberalização (e sua importante dimensão de gênero) podem ser incorporadas à política externa do Marrocos. A relação constitutiva entre os três principais conceitos elaborados por Holsti (1970) – a performance de papel, a concepção nacional de papel e as prescrições de papel do *alter* – pode ser claramente vista dentro deste caso. Conforme elucidado por Chafetz, Abramson e Grillo (1996, p.735-736), a interação social entre os atores dentro do âmbito internacional e interno pode produzir mudança na estratégia de política externa de um país. Tal interação social tende a ser composta por pressões sociais e econômicas que a nação percebe de seus cidadãos e de outros países. No caso do Marrocos, algo semelhante pode ser observado.

Primeiramente, é possível identificar a influência da opinião pública e das necessidades políticas do momento para a formação ou mudança da concepção nacional de papel. Conforme mostrado na presente seção e no capítulo anterior, o contexto doméstico do país foi fortemente marcado pelas demandas dos movimentos progressistas de grupos minoritários no país pedindo por reformas, onde se incluem grupos de mulheres marroquinas em busca da promoção de políticas relacionadas ao gênero. Somado a estas, uma série de pressões internacionais, abordadas anteriormente nesse mesmo capítulo, cobram do Marrocos uma postura diferenciada em relação aos direitos humanos – como o bloqueio do investimento da União Europeia pelo *Renovated Mediterranean Policy* (RMP) e a cobrança do Fundo Monetário Internacional (FMI) e de países como Estados Unidos e França. Tais pressões internacionais podem ser aqui identificadas como as prescrições de papel do *alter*, uma vez que manifestam expectativas de *significant others* sobre como o país em questão – neste caso, o Marrocos – deve se comportar internacionalmente.

Tanto as demandas internas quanto as prescrições externas, segundo a Teoria dos Papéis, são fatores que moldam ou alteram a formulação dos padrões que devem ser seguidos em política externa, ou seja, a concepção nacional de papel de um Estado. Assim sendo, pode-se identificar que tanto os movimentos domésticos pela promoção de direitos humanos quanto as prescrições externas de outros atores influenciaram a adição de um padrão de posicionamento a favor de valores democráticos e direitos humanos à concepção de papel do Marrocos, onde o compromisso com os direitos da mulher também é característica presente. Isso fez com que

uma nova performance de papel ligada às políticas de liberalização fosse criada. Tal processo pode ser melhor entendido sendo aplicado ao seguinte esquema, adaptado do idealizado por Holsti (1970, p.268).

FIGURA IV: Relação entre os conceitos principais da Teoria dos Papéis aplicada ao caso do Marrocos



A implementação de políticas de liberalização pode ser vista, portanto, como a base para que haja um discurso ligado a valores democráticos e inclusivos na política externa marroquina. Através deste discurso, o Marrocos conseguiria legitimidade e reconhecimento dos atores internacionais relevantes para o alcance de seus objetivos de política externa. Dentro deste, pode-se ainda verificar que a dimensão de gênero tem influência, não apenas na sua inclusão na performance do país no âmbito externo, mas principalmente ao se perceber que a eficiência das reformas de empoderamento se destaca quando comparada com outros países do Oriente

Médio e Norte da África. Essa questão é relevante pois projeta para a comunidade internacional o Marrocos como um país progressista e único na região em relação aos níveis de igualdade de gênero de seus vizinhos. Essa questão, conforme será visto no próximo capítulo, é importante para o reconhecimento dessa nova performance de papel por atores estratégicos.

CAPÍTULO 3 – O MARROCOS E SUA PERFORMANCE DE PAPEL

O presente capítulo tem como objetivo analisar de que maneira as reformas de liberalização empreendidas pelo Marrocos nas últimas décadas foram adicionadas ao discurso de política externa do país e, conseqüentemente, à sua estratégia de projeção internacional. Para tal, foram selecionados 28 discursos referentes às reformas que foram proferidos tanto por líderes marroquinos quanto por atores externos nos anos de 2006, 2012, 2013, 2014, 2015, 2016 e 2017. O objetivo será o de desenvolver dois tipos de análise: na primeira, pretende-se identificar quais são os padrões presentes no discurso do governo marroquino em relação às políticas implementadas, verificar se há a projeção de um novo papel de política externa e perceber como a dimensão de gênero é vista nesse contexto. Já na segunda análise, pretende-se perceber se a audiência internacional reconhece algum papel projetado relativo à questão da reforma, como ela recebe esse suposto papel, os padrões presentes no discurso de atores estratégicos nesse contexto e descobrir qual é a importância da esfera de gênero para que este reconhecimento seja efetivo.

Em ambas as subseções, será feita uma análise de conteúdo. Uma vez que o foco deste tipo de análise é identificar a presença ou a ausência de certos temas e alvos dentro de discursos (HERMANN, 2008, p. 157), o objetivo da análise empreendida será o de perceber quais termos e ideias são recorrentes nos discursos marroquinos e de atores internacionais em relação às reformas de liberalização das últimas décadas. Dentro disso, pretende-se avaliar quais adjetivos e valores são atribuídos às variáveis presentes dentro dos discursos.

3.1 A PROJEÇÃO DE UM NOVO PAPEL?

Para essa subseção, será analisado o padrão identificado em 14 discursos do governo marroquino que mencionam em seu conteúdo as reformas empreendidas no país desde 1990. Dentre estes, a grande maioria foi proferida pelo atual rei do Marrocos, Mohammed VI, enquanto outros tiveram como locutores o Chefe de missão de Mohammed VI, Youssef Amrani, o Ministro das Relações Exteriores do Marrocos, Saâd Eddine El Othmani, e a ministra da Solidariedade, das Mulheres, da Família e do Desenvolvimento Social, Bassima Hakkaoui. A presente seção procurará, através da análise empreendida, verificar se o padrão de projeção marroquina frente às suas políticas se adequaria dentro de um dos papéis pré-estabelecidos por Holsti em seu trabalho inicial, o papel de exemplo (HOSLTI, 1970, p.268).

Primeiramente, pode-se perceber através da análise dos discursos de líderes marroquinos no âmbito internacional, que as medidas tomadas pelo Marrocos tendo em vista a

sua liberalização foram realmente incorporadas à sua retórica de projeção no âmbito externo, conforme dito no capítulo anterior. Ao analisar os discursos em que tais reformas são mencionadas, algumas características podem ser percebidas. O primeiro padrão que pode ser visto no discurso marroquino em relação às suas reformas se refere ao fato de que, ao citar suas reformas de forma geral, líderes marroquinos tendem a destacar constantemente a importância de sua dimensão inclusiva, que estaria enraizada em um desenvolvimento integrado que busca diminuir disparidades sociais (MARROCOS, 2013a¹¹; MARROCOS, 2014b¹²). O reino ainda elucida que a visão de futuro do Marrocos é baseada na construção de uma democracia participativa e inclusiva em termos sociais (MARROCOS, 2016a¹³), na busca por solidariedade social (LE MATIN, 2012)¹⁴ e na luta contra a pobreza e a exclusão social de certos grupos (MINISTÈRE DE L'ECONOMIE E DES FINANCES, 2016¹⁵)

Junto a isso, uma segunda característica pode ser observada: há uma menção constante do compromisso com valores-chave valorizados atualmente na comunidade internacional. Uma relação entre a promoção de reformas inclusivas e termos como “democracia”, “desenvolvimento humano” e “Estado de direito” são comuns nas falas dos líderes do reino. De tal forma, o país afirma em vários de seus discursos estar promovendo através de suas políticas mais recentes: “um ambiente liberal e multipartidário conducente ao fortalecimento do Estado de Direito” (MARROCOS, 2016a), um “compromisso com os princípios democráticos internacionais” (MARROCOS, 2016a), e “os fundamentos de um modelo de desenvolvimento multidimensional, baseado na consolidação da democracia, (...) e no desenvolvimento humano” (MINISTÈRE DE L'ECONOMIE E DES FINANCES, 2016). Também é característica do discurso marroquino fazer esse tipo de relação ao citar reformas específicas, como por exemplo ao elucidar a evolução democrática trazida pela Constituição de 2011 (MINISTÈRE DE L'ECONOMIE E DES FINANCES, 2016).

Em terceiro lugar, um outro padrão que é perceptível nos discursos é que o país, em grande medida, procura usar as reformas empreendidas nos últimos anos para alcançar uma imagem diferenciada da de outros atores. Pode-se analisar que a afirmação constante de um modelo de desenvolvimento marroquino confere ao discurso de política externa do país a atribuição de alguns valores à região em que este se encontra. Estando inserido dentro de um

¹¹ Discurso proferido pelo Rei Mohammed VI.

¹² Discurso proferido por André Azoulay, conselheiro do Rei Mohammed VI.

¹³ Discurso proferido pelo chefe de missão de Mohammed VI, Youssef Amrani.

¹⁴ Discurso proferido pelo Rei Mohammed VI.

¹⁵ Pronunciamento oficial do Ministério de Economia e Finanças.

contexto de tensões políticas, principalmente após o advento da Primavera Árabe em 2011, o Marrocos mostra em seu discurso que procura se projetar como diferente de seus vizinhos, buscando se distanciar de suas instabilidades e tensões políticas. Assim sendo, o país se projeta como um ator único e excepcional em relação às suas políticas, que promove “prosperidade em uma instável região árabe” (MARROCOS, 2017¹⁶), e demonstra uma vontade de ser reconhecido de forma diferenciada por implementar políticas tão avançadas “dentro de uma conjuntura mundial agitada” (MINISTÈRE DE L’ECONOMIE E DES FINANCES, 2016) e “em um tempo em que as transições políticas evoluem para situações extremamente conflituosas” (MARROCOS, 2016a¹⁷)

A partir do uso em seu discurso das três características supracitadas, o Marrocos consegue justificar o ponto mais forte de seu discurso referente às reformas políticas: sua projeção enquanto modelo regional. Ao usar o âmbito social e político de suas reformas como forma de comprometimento com valores democráticos e afirmar que seus vizinhos não têm a mesma conduta exemplar, o Marrocos se projeta como um país excepcional na região e portanto como um modelo a ser seguido. De tal forma, em seus discursos, o país afirma que não somente está “construindo um modelo de desenvolvimento” (MARROCOS, 2017¹⁸; MINISTÈRE DE L’ECONOMIE E DES FINANCES, 2016), mas principalmente um “modelo marroquino singular em democracia e solidariedade social” (LE MATIN, 2012¹⁹), com “fundamentos no desenvolvimento integrado e durável” (MARROCOS, 2014a²⁰; MINISTÈRE DE L’ECONOMIE E DES FINANCES, 2016). A partir disso, o Marrocos se projeta como um exemplo importante para a região, seja ao se considerar um “ator de peso dentro de seu ambiente regional e internacional” (MARROCOS, 2014a²¹) ou como “um modelo democrático único na parte sul do mediterrâneo” (MARROCOS, 2014b²²). A ocorrência dos quatro padrões identificados no discurso marroquino em relação às reformas das últimas décadas pode ser melhor visualizada na tabela a seguir.

TABELA I. Padrões presentes no discurso de projeção internacional do Marrocos

| Padrão | Característica | Exemplos de discursos proferidos | Atores que proferiram o discurso |
|---------------|-----------------------|---|---|
|---------------|-----------------------|---|---|

¹⁶ Discurso proferido pelo Ministro das Relações Exteriores do Marrocos, Saâd Eddine El Othmani.

¹⁷ Discurso proferido pelo chefe de missão de Mohammed VI, Youssef Amrani.

¹⁸ Discurso proferido pelo Ministro das Relações Exteriores do Marrocos, Saâd Eddine El Othmani.

¹⁹ Discurso proferido pelo Rei Mohammed VI.

²⁰ Discurso proferido pelo Rei Mohammed VI.

²¹ Discurso proferido pelo Rei Mohammed VI.

²² Discurso proferido por André Azoulay, conselheiro do Rei Mohammed VI,

| | | | |
|---|--|--|--|
| 1 | Destaque à dimensão inclusiva e social | “(…) adotar o conceito de desenvolvimento integrado para combater o déficit e as disparidades sociais. ” (Marrocos, 2013 ^a) | Rei Mohammed VI |
| | | “A visão de futuro da nação é baseada no compromisso firme em construir uma democracia inclusiva e social ” (Marrocos, 2016 ^a) | Youssef Amrani, chefe de missão de Mohammed VI |
| 2 | Compromisso com valores democráticos e liberais | “Dentro de uma conjuntura mundial agitada, o Marrocos (...) foi capaz de estabelecer os fundamentos de um modelo de desenvolvimento multidimensional, baseado na consolidação da democracia e no reforço da crença econômica e do desenvolvimento humano (MINISTERE DE L'ECONOMIE ET FINANCES, 2016) | Pronunciamento oficial do Ministério de Economia e Finanças do Marrocos. |
| | | “Marrocos tem seguido com confiança sua agenda política, esforçando-se desde a independência do país para fomentar um ambiente liberal e multipartidário que conduza ao fortalecimento do Estado de Direito , demonstrando ao mesmo tempo um compromisso firme com os princípios democráticos internacionais ” (MARROCOS, 2016 ^a) | Youssef Amrani, chefe de missão de Mohammed VI |
| 3 | Atribuição de valores negativos aos países vizinhos/ diferenciação dos outros países da região | “ Dentro de uma conjuntura mundial agitada , o Marrocos (...) foi capaz de estabelecer os fundamentos de um modelo de desenvolvimento multidimensional” (MINISTERE DE L'ECONOMIE ET FINANCES, 2016) | Pronunciamento oficial do Ministério de Economia e Finanças do Marrocos. |
| | | “(…) promovendo prosperidade em uma instável região árabe ” (MARROCOS, 2017) | Ministro das Relações Exteriores do Marrocos, Saâd Eddine El Othmani |
| 4 | Projeção como modelo/ exemplo regional | “As reformas movidas pelo Marrocos em diferentes áreas fazem do reino um modelo democrático único na parte sul do Mediterrâneo ” (MARROCOS, 2014b) | André Azoulay, conselheiro de Mohammed VI. |
| | | “O Marrocos oferece um verdadeiro modelo dentro dessa questão . Este pôde, ao longo dos últimos quinze anos, reforçar seu caminho democrático ao consolidar os fundamentos de um modelo de desenvolvimento integrado e durável ” (MARROCOS, 2014 ^a) | Rei Mohammed VI |

A partir da análise dos quatro padrões identificados, pode-se perceber na postura do Marrocos frente ao plano internacional a performance de um papel que tem como base as suas

políticas de liberalização. Tal performance, ao buscar projetar um modelo marroquino de desenvolvimento a ser seguido pelos os países do Oriente Médio e Norte da África (MENA) baseado na eficiência de suas políticas sociais, seu comprometimento com valores democráticos através dessas e a atribuição a valores negativos aos países vizinhos por não desempenharem políticas tão inclusivas, pode ser enxergada através de um papel já pré-estabelecido por Hoslti: o papel de exemplo (HOSLTI, 1970, p.268). Segundo definido pelo autor, essa concepção nacional de papel enfatiza a importância de se promover prestígio e ganhar influência no sistema internacional ao desempenhar certas políticas domésticas, que serviriam de exemplo para um grupo de países em questão (HOSLTI, 1970, p.268). Neste caso, o contexto marroquino se adequa perfeitamente à tal definição, uma vez que, conforme mostrado nos discursos apresentados, o país procura ganhar prestígio através da divulgação de suas políticas domésticas como um bom exemplo de governança para região.

Dentro dos quatro padrões que baseiam a projeção do papel de exemplo, no entanto, uma variável subsidiária do primeiro padrão merece maior atenção para os propósitos deste trabalho: a questão de gênero no discurso marroquino.

3.1.1 O GÊNERO DENTRO DO DISCURSO MARROQUINO

Apesar de se projetar como modelo para a região tendo como base suas reformas políticas e sociais de forma generalizada, outro fator relevante deve ser observado no discurso marroquino frente às suas políticas de desenvolvimento. Não ocorre, em tais discursos, apenas uma menção constante à importância das questões sociais e dos cidadãos, mas por vezes um apelo à dimensão de gênero em específico.

Assim como na análise dos discursos anteriores, alguns padrões também podem ser vistos nos discursos marroquinos ao se referir ao âmbito de gênero de suas políticas. Primeiramente, pode-se enxergar que o Marrocos afirma constantemente a importância do empoderamento da mulher dentro do desenvolvimento. Seja como variável essencial para a efetividade de um modelo de desenvolvimento integrado focado na diminuição das disparidades sociais (MARROCOS, 2013a²³), seja ao enxergar a mulher como ator primordial para o desenvolvimento do país (ONU, 2017²⁴). Em seus discursos, o Marrocos ainda afirma que o processo de desenvolvimento que foi lançado no país há algumas décadas é “profundamente

²³ Discurso proferido pelo Rei Mohammed VI.

²⁴ Discurso proferido por Bassima Hakkaoui, ministra da Solidariedade, das Mulheres, da Família e do Desenvolvimento Social.

enraizado na igualdade entre homens e mulheres” (ONU, 2017)²⁵, e elucida que o empoderamento da mulher tem benefícios não somente para estas, mas para todos os membros da sociedade (ONU, 2017). A criação de políticas de inclusão da mulher nos âmbitos político, social e econômico também é colocada no discurso marroquino como condição importante para que se estabeleça um desenvolvimento durável no país (PARLAMENTO EUROPEU, 2015²⁶), além de ser importante para alinhar seu contexto interno com os padrões internacionais de tratamento da mulher (MARROCOS, 2013c²⁷).

Outra tendência no discurso marroquino referente ao empoderamento da mulher é a de levantar a importância desta desde a época da independência do país (MARROCOS, 2013b; MARROCOS, 2013c²⁸), e a sua significativa contribuição para a construção de uma nação moderna nos dias atuais (MARROCOS, 2013c²⁹). Há também constante menção à importância da mulher para a prosperidade do Marrocos (MARROCOS, 2013i³⁰; ONU, 2017³¹). Outra característica interessante, porém menos recorrente, do discurso marroquino é a inclusão das reformas no discurso sobre a regionalização avançada, e mais especificamente na questão sobre a anexação do Saara Ocidental³². Dentro deste âmbito, a questão do empoderamento da mulher ganha destaque, sendo colocada como uma das cinco orientações fundamentais para a regionalização, dando-se foco ao reforço da participação da mulher na gestão dos assuntos regionais, seus direitos políticos e a garantia do igual acesso de homens e mulheres às funções eleitorais. Outro fator interessante e também menos recorrente no discurso marroquino é a

²⁵ Discurso proferido pelo Rei Mohammed VI.

²⁶ Discurso proferido pelo Rei Mohammed VI.

²⁷ Discurso proferido pelo Rei Mohammed VI.

²⁸ Discurso proferido pelo Rei Mohammed VI.

²⁹ Discurso proferido pelo Rei Mohammed VI.

³⁰ Discurso proferido pelo Rei Mohammed VI.

³¹ Discurso proferido por Bassima Hakkaoui, ministra da Solidariedade, das Mulheres, da Família e do Desenvolvimento Social.

³² O Saara Ocidental é um território localizado no norte do continente africano, limitado por Marrocos, Argélia e Mauritânia e que foi oficialmente colônia da Espanha até 1975. Tal região, chamada por alguns autores de “a última colônia da África”, é um dos poucos territórios em que o processo de descolonização ainda não foi concluído, fazendo com que seu status internacional esteja indefinido desde 1975, quando a Espanha se retirou oficialmente deste. Para o Marrocos, a melhor forma de solucionar a situação indefinida do Saara Ocidental seria a sua anexação ao Estado marroquino, pois este considera que tal território é historicamente pertencente ao reino. Ainda em outubro 1975, o Saara Ocidental foi invadido por 25000 soldados marroquinos e por uma “Marcha Verde” de 350000 civis, que simbolizariam uma “retomada pacífica” da região pelo Marrocos. O conflito entre os interesses de anexação do Marrocos e a vontade de autodeterminação da população da região originou uma guerra, e a tentativa de se realizar um referendo para decidir o status do Saara Ocidental tem fracassado há décadas, mesmo com o estabelecimento da Missão das Nações Unidas para o Referendo no Saara Ocidental (MINURSO) (PEREIRA, 2012, P.22-23; EHLERT; TEIXEIRA, 2016)

afirmação da importância da participação da mulher dentro do desenvolvimento para a concretização dos objetivos do Marrocos enquanto país (PARLAMENTO EUROPEU, 2015³³).

Dada a análise empreendida, a partir da dimensão de gênero elucidada nos discursos, pode-se inferir portanto que o empoderamento da mulher constitui uma variável importante dentro do papel de exemplo anteriormente identificado, sendo projetado como fator primordial para o desenvolvimento do país. Dentro da projeção deste papel, portanto, pode-se considerar que a menção ao status da mulher, quando visualizada dentro dos quatro padrões identificados no discurso do país, se insere dentro do primeiro padrão: a menção à dimensão inclusiva e social das reformas. No entanto, a questão de gênero tem um lugar muito mais importante para o Marrocos do que a simples constituição de uma variável subsidiária de um dos padrões de discurso do país. A relevância desta questão para a projeção do papel de exemplo também pode ser vista através da análise da percepção que atores estratégicos externos têm das políticas domésticas citadas pelo Marrocos em seus discursos. Esta característica será abordada na próxima subseção.

3.2 UMA PROJEÇÃO EFETIVA? O MARROCOS VISTO COMO MODELO DE GÊNERO PARA A REGIÃO

Na presente subseção, uma nova análise de conteúdo será empreendida, porém dessa vez buscando entender se a projeção do papel de exemplo identificado nos discursos do Marrocos se faz efetiva. Para isso, serão analisados 14 discursos de atores estratégicos para o alcance dos objetivos de política externa do país. Os *significant others* em questão serão aqui delimitados como as organizações internacionais (entre estas Banco Mundial, ONU e Human Rights Watch), os países que representam uma ponte com o Ocidente, como a União Europeia e os Estados Unidos, e atores regionais, representados aqui pela Liga Árabe.

Inicialmente, ao analisar os discursos de atores internacionais que citam as políticas marroquinas empreendidas nas últimas décadas, é possível perceber que o papel de exemplo para a região projetado pelo Marrocos é amplamente reconhecido. Isso se dá no seu reconhecimento de forma generalizada, ou seja, mencionando-se as reformas como um todo, e também de forma específica, ao mencionar alguma das políticas em específico como modelo, como veremos no caso das reformas de gênero.

³³ Discurso proferido pelo Rei Mohammed VI.

Na questão do reconhecimento de suas políticas, também podem ser enxergados alguns padrões. Primeiramente, pode-se identificar que, assim como usado na forma que o país usa para se projetar, o Marrocos também é enxergado por atores estratégicos como destaque na região por causa de suas políticas (MARROCOS, 2016b³⁴). A atribuição de valores negativos aos países vizinhos incluída em seu discurso para se promover também é utilizada pelos atores externos para reconhecê-lo, considerando-se as reformas marroquinas importantes em “uma região Euro-Mediterrânea e africana com constantes mudanças” (MARROCOS, 2016b³⁵) e que o Marrocos é diferente por ter optado por um processo de reforma “ao invés de criar conflitos como é o caso de outros países árabes” (MARROCOS, 2014c³⁶). O Marrocos também é constantemente reconhecido como modelo para seus vizinhos, seja como “modelo de desenvolvimento de sucesso excepcional da região” (MARROCOS, 2013d), “modelo de democracia pra região” (MARROCOS, 2013e³⁷) ou “modelo para a região árabe no âmbito dos direitos humanos” (MARROCOS, 2014c³⁸).

O reconhecimento do país como modelo de desenvolvimento também está ligado a uma tendência dos atores externos de considerar o Marrocos um país estável, pacífico ou confiável no contexto do Maghreb e do Oriente Médio (MARROCOS, 2016b³⁹; MARROCOS, 2013h⁴⁰). Essa tendência ainda se relaciona com a de o Marrocos ser reconhecido como potencial parceiro estratégico ou ponte entre sua conturbada região e os países do Ocidente. Assim sendo, nos últimos anos, o Marrocos ainda foi reconhecido pela ministra da justiça francesa como “o modelo de desenvolvimento que está mais alinhado com os valores e o projeto empreendido pela União Europeia” (MARROCOS, 2016b⁴¹), parceiro privilegiado dos EUA (MARROCOS, 2013e⁴²; MARROCOS, 2015a⁴³), e como “parceiro efetivo” que “pode estabelecer uma ligação entre a Europa e a África” pelo Alto Comissário das Nações Unidas para os Direitos Humanos. (MARROCOS, 2016b⁴⁴).

³⁴ Discurso proferido por Rachida Dati, ex ministra da Justiça no governo de François Hollande.

³⁵ Discurso proferido por Rachida Dati, ex ministra da Justiça no governo de François Hollande.

³⁶ Discurso proferido por Zeid Ra'ad Al Hussein, Alto Comissário das Nações Unidas para os Direitos Humanos.

³⁷ Discurso proferido por Stephen Lakis, presidente do State Legislative Leaders Foundation (SLLF).

³⁸ Discurso proferido por Zeid Ra'ad Al Hussein, Alto Comissário das Nações Unidas para os Direitos Humanos

³⁹ Discurso proferido por Rachida Dati, ex ministra da Justiça no governo de François Hollande.

⁴⁰ Discurso proferido pelo Primeiro Ministro e Ministro das Relações Exteriores grego, Evangelos Venizelos.

⁴¹ Discurso proferido por Rachida Dati, ex ministra da Justiça no governo de François Hollande.

⁴² Discurso proferido por Stephen Lakis, presidente do State Legislative Leaders Foundation (SLLF).

⁴³ Discurso proferido pelo presidente do Comitê de Relações Exteriores do Parlamento da Letônia, Ojars Erik Kalnins.

⁴⁴ Discurso proferido por Rachida Dati, ex ministra da Justiça no governo de François Hollande.

Dentro do contexto desse reconhecimento, no entanto, pode-se perceber que o gênero tem papel fundamental, uma vez que vários *significant others* para os interesses externos marroquinos reconhecem o papel de exemplo projetado por este citando o sucesso das políticas de empoderamento feminino. Em primeiro lugar, pode-se perceber que diversos atores estratégicos conferem um valor de excepcionalidade ao Marrocos na região por causa das políticas de gênero, considerando-o líder na região nessa questão. Um exemplo desse tipo de discurso foi feito pela assistente do Secretário-geral das Nações Unidas e Vice-Diretora Executiva da ONU Mulheres, Lakshmi Puri:

“(...) O Marrocos adotou uma das constituições mais avançadas no Oriente Médio e Norte da África (MENA) em termos de igualdade de gênero, não-discriminação e empoderamento da mulher. (...) O Marrocos está no caminho de ser um líder não apenas na região do MENA, mas também internacionalmente graças ao progresso significativo feito na consolidação dos direitos da mulher” (MARROCOS, 2013f)

A menção às reformas de gênero como justificativa para reconhecer o país como um modelo para a região foi feita diversas vezes, assim como pôde ser visto no discurso acima, e também ao se reconhecer a importância do novo código de família marroquino (MARROCOS, 2014d⁴⁵; ALTERMAN; MALKA, 2006, p.71⁴⁶; MARROCOS, 2015b⁴⁷). Ao reconhecer a excepcionalidade desse tipo de reforma, o senador americano Richard Lugar afirmou a efetividade de políticas de gênero marroquinas como “um exemplo brilhante de reforma comandada pelo governo apoiada pela sociedade civil para todos os países da região do Oriente Médio e Norte da África (MENA)” (ALTERMAN; MALKA, 2006, p.71⁴⁸). A ONG Human Rights Watch também enxergou excepcionalidade na conduta marroquina dentro da questão de gênero, considerando-o “um líder regional no combate da violência doméstica” (HUMAN RIGHTS WATCH, 2016).

Assim como no discurso de projeção marroquino, o reconhecimento do Marrocos enquanto modelo para a região também é enraizado na atribuição de valores negativos aos vizinhos do país, considerando-se a experiência marroquina na promoção dos direitos da mulher um “exemplo dentro de uma região conturbada e cheia de insegurança”, e “um modelo único em toda região do MENA, que se encontra imersa em uma série de problemas desde o início da Primavera Árabe em 2011” (LE MATIN, 2015⁴⁹; MARROCOS, 2013g). A melhora na

⁴⁵ Discurso proferido por Jill Biden, mulher do ex vice-presidente americano Joe Biden.

⁴⁶ Discurso proferido por Richard Lugar, ex senador dos Estados Unidos.

⁴⁷ Discurso proferido por Iness Mekkaoui, diretora do Departamento de Mulheres, Família e Criança da Liga Árabe.

⁴⁸ Discurso proferido por Richard Lugar, ex senador dos Estados Unidos.

⁴⁹ Discurso proferido por Samia Melhem, especialista do Banco Mundial

condição das mulheres alcançada através das políticas de empoderamento feminino também é utilizada como medida para considerar o Marrocos um país estável e confiável (MARROCOS, 2013g), o que também influencia a sua visão externa como possível parceiro estratégico. A partir da reforma da *Moudawana*, por exemplo, os EUA afirmaram o Marrocos como “um líder de reforma na região” e consequentemente como parceiro estratégico para o Estado americano e todos os membros do G8 por essa razão (ALTERMAN; MALKA, 2006, p.71⁵⁰).

Conforme mostrado, os quatro padrões identificados nos discursos projeção internacional do Marrocos – o destaque à dimensão inclusiva e social, o compromisso com valores democráticos, a atribuição de valores negativos aos países vizinhos e a projeção como um modelo regional - também podem ser vistos nas características demonstradas por *significant others* ao reconhecerem o papel de exemplo. Isso se dá tanto através da menção às políticas de forma generalizada, quando da menção às de políticas de gênero em específico. Tal fenômeno pode ser melhor visualizado e comparado na tabela que se segue.

TABELA III. Comparação entre os padrões presentes nos discursos de atores ao reconhecer o Marrocos citando as políticas de forma geral e as políticas de gênero em específico:

| Padrão | Característica | Exemplos de discursos citando políticas de forma geral | Exemplos de discursos citando políticas ligadas ao gênero |
|--------|---|--|--|
| 1 | Destaque à dimensão inclusiva e social | “O Marrocos é um modelo na região Árabe no campo dos direitos humanos ” Zeid Ra’ad Al Hussein, Alto Comissário das Nações Unidas para os Direitos Humanos. (MARROCOS, 2014c). | “Sua majestade o Rei teve uma visão progressiva com a qual o Marrocos adotou uma das constituições mais avançadas da África e do Oriente Médio em termos de igualdade de gênero , paridade, não-discriminação e empoderamento da mulher .” Lakshmi Puri, assistente do Secretário-geral das Nações Unidas e Vice-diretora da ONU mulheres (MARROCOS, 2013f) |
| | | | “O progresso contínuo do reino na integração das mulheres no centro do processo de desenvolvimento econômico, político e social é fruto da visão sábia do rei Mohammed VI.” (LE MATIN, 2015) |
| 2 | Compromisso com valores democráticos e liberais | “(…) reformas implementadas for mais de uma década no reino fazendo deste um modelo de democracia na região.” Stephen Larkis, presidente do State Legislative Leaders Foundation (SLLF) (MARROCOS, 2013e) | “A promoção da condição das mulheres marroquinas é um processo presente dentro da Constituição do reino que se insere dentro de uma dinâmica de consagração de um Estado moderno e democrático .” Najat |

⁵⁰ Discurso proferido por Richard Lugar, ex senador dos Estados Unidos.

| | | | |
|---|--|---|---|
| | | | Yamouri, especialista do banco mundial (LE MATIN, 2015). |
| 3 | Atribuição de valores negativos aos países vizinhos/ diferenciação dos outros países da região | “O Marrocos optou desde os anos 90 por um processo de promoção de direitos humanos através de uma mudança gradual, ao invés de criar conflitos como é o caso de outros países árabes ” Zeid Ra’ad Al Hussein, Alto Comissário das Nações Unidas para os Direitos Humanos (MARROCOS, 2014c) | “A perspicaz liderança do Rei Mohammed VI faz o Marrocos um modelo único em uma região árabe em turbulência que é vítima de incertezas, mais ainda após o despertar da Primavera Árabe. (...) Essa dinâmica ajudou a desenvolver instituições da sociedade civil e a melhorar a situação das mulheres e dos mais pobres” The National Interest, revista americana especializada em questões estratégicas e política externa (MARROCOS, 2013g). |
| | | | A Experiência marroquina em matéria de promoção dos direitos da mulher demonstra um modelo único e bem sucedido que pode servir de exemplo dentro de uma região atormentada por problemas e inseguranças ” Samia Melhem, especialista do banco mundial (LE MATIN, 2015) |
| 4 | Reconhecimen to como modelo/ exemplo regional | “Graças às profundas e ousadas reformas movidas pelo rei, inspiradas pela sua visão de nosso futuro compartilhado e estimulado por uma determinação constante, o Marrocos compreende hoje em dia o modelo de desenvolvimento que está mais alinhado com os valores da União Europeia ” Rachida Dati, ex Ministra da Justiça Francesa (MARROCOS, 2016b) | “O Marrocos é um modelo de reforma na região. A passagem no último ano do novo código de família que protege os direitos da mulher não foi apenas um marco para o Marrocos, mas um exemplo brilhante de reforma comandada pelo governo e apoiada pela sociedade civil para todos os países da região do Oriente Médio e Norte da África ” Richard Lugar, ex-senador americano (ALTERMAN; MALKA, 2006, p.71) |
| | | “A administração americana considera o Marrocos um modelo de desenvolvimento de sucesso excepcional na região ” (MARROCOS, 2013d). | “A Experiência marroquina em matéria de promoção dos direitos da mulher demonstra um modelo único e bem sucedido que pode servir de exemplo dentro de uma região atormentada por problemas e inseguranças” Samia Melhem, especialista do banco mundial (LE MATIN, 2015) |
| | | “O Marrocos é um parceiro privilegiado dos Estados Unidos” disse Stephen Larkis, presidente do State Legislative Leaders Foundation (SLLF) ao elucidar as reformas movidas pelo Marrocos nas últimas décadas, afirmando-o um modelo de democracia na região (MARROCOS, 2013e) | “A passagem no último ano do novo código de família que protege os direitos da mulher não foi apenas um marco para o Marrocos, mas um exemplo brilhante de reforma comandada pelo governo apoiada pela sociedade civil para todos os países da região do Oriente Médio e Norte da África. Os Estados Unidos olham para o Marrocos como um líder de reforma na |

| | | | |
|----|--|---|--|
| 5* | Marrocos como parceiro estratégico | | região. A reforma garantirá estabilidade e prosperidade de longo prazo na região e continua uma prioridade para o Estado americano e todos os membros do G8.” Richard Lugar, ex-senador americano (ALTERMAN; MALKA, 2006, p.71) |
| | | “Em uma instável região Euro-mediterrânea, o reino pode estabelecer uma ligação entre a Europa e a África, sendo um parceiro efetivo ” Rachida Dati, ex Ministra da Justiça Francesa (MARROCOS, 2016b) | “Os dois lados estressaram a necessidade de fortalecer a cooperação entre o Reino do Marrocos e ONU Mulheres para consolidar o país como líder em direitos da mulher na região e trabalhar junto para transferir as melhores práticas da experiência marroquina para países que desejam se engajar em processos similares” Lakshrni Puri, assistente do Secretário-geral das Nações Unidas e Vice-diretora da ONU mulheres (MARROCOS, 2013f) |

Para além dos quatro padrões que são corroborados nas falas de *significant others* ao reconhecerem as políticas marroquinas, verifica-se ao analisar a tabela acima que um novo padrão que não era projetado pelos líderes marroquinos aparece nos discursos de reconhecimento. Ocorre uma menção ao Marrocos como parceiro estratégico por diversos atores, sendo tal característica não demonstrada apenas por Estados, mas também por organizações internacionais. Conforme pode ser observado no discurso de Lakshrni Puri, assistente do Secretário-geral das Nações Unidas e Vice-diretora da ONU mulheres, há uma valorização do fortalecimento da cooperação entre o reino a organização tendo em vista o uso da experiência marroquina na promoção dos direitos da mulher como exemplo para outros países que queriam se engajar em políticas semelhantes (MARROCOS, 2013f). O mesmo é verificado no discurso de Richard Lugar, ex-senador americano.

Tendo a análise empreendida em mente, pode-se portanto concluir que o papel de exemplo projetado pelo Marrocos através de suas políticas de liberalização, e sua atribuição à um modelo de desenvolvimento para a região, tem na questão de gênero uma importante dimensão para seu reconhecimento. Tal importância reside no fato de que as políticas para mulheres são amplamente reconhecidas por atores estratégicos, aumentando assim a influência do papel no âmbito externo, além de colaborar para o reconhecimento do Marrocos como parceiro estratégico por *significant others*.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do estudo desenvolvido neste trabalho, é possível identificar, conforme mencionado na introdução, o Marrocos como um caso que se enquadra dentro de uma tendência de inclusão do status da mulher dentro de questões de política externa. Assim, pode-se perceber uma dualidade importante nas reformas de empoderamento feminino tomadas pelo país nas últimas décadas, assim como nas políticas de liberalização no geral: apesar de seu caráter inicialmente doméstico, a implementação de tais políticas foi incorporada ao discurso externo do Marrocos. Tal fenômeno pôde ser observado através da aplicação da relação constitutiva entre conceitos da Teoria dos Papéis no caso em questão. As pressões domésticas por reformas de gênero, vistas no contexto das reformas e movida por organizações da sociedade civil, juntamente com pressões externas de atores estratégicos que cobravam uma postura mais comprometida do Marrocos frente aos direitos humanos (que podem ser aqui identificadas como as prescrições de papel do *alter*) acabaram por modificar a concepção nacional de papel do país, adicionando a esta um padrão de comprometimento com os direitos da mulher no âmbito externo. A partir disso, verificou-se que houve uma mudança na performance de papel de política externa do reino, que, dentro da projeção de um novo papel, inclui a questão de gênero de forma subsidiária.

Assim, identifica-se que a estratégia de projeção internacional marroquina é baseada na projeção de um papel de exemplo de boa governança para os países da região do Oriente Médio e Norte da África, que tem como base a inclusão de suas políticas de liberalização no discurso. Tal papel, conforme concluído da análise de conteúdo empreendida, se baseia em quatro padrões: (i) a menção à dimensão inclusiva e social das reformas; (ii) o compromisso com valores democráticos e liberais; (iii) a atribuição de valores negativos aos países vizinhos como forma de diferenciação; e (iv) o reconhecimento como modelo/ exemplo regional. A questão de gênero, dentro desta estratégia, representa fator subsidiário do primeiro padrão de discurso identificado ao representar uma dimensão social e inclusiva amplamente citada pelo Marrocos em seus discursos. Esta, por sua vez, é apresentada nos discursos marroquinos através de quatro narrativas principais: (i) a inclusão da mulher como ator central no desenvolvimento; (ii) a importância da mulher para a prosperidade do Marrocos; (iii) o gênero como uma das cinco orientações fundamentais para a regionalização avançada; e (iv) a importância da mulher para a concretização dos objetivos do Marrocos enquanto país.

A influência do gênero na política externa marroquina, no entanto, não se resume apenas a um mero fator subsidiário de um dos padrões de política externa do país. Para além disso,

percebe-se, que o gênero constitui variável importante para o reconhecimento internacional do papel de exemplo projetado e, conseqüentemente, para a projeção internacional do Marrocos. Isso dá através do fato de que os *significant others* analisados, em seus discursos, reconhecem o Marrocos enquanto exemplo de reforma e de boa governança para a região através da menção às políticas de empoderamento feminino. Conforme mostrado ao longo do capítulo 3, o reconhecimento do Marrocos como exemplo para região através da menção às políticas gênero não somente corrobora os quatro pilares do discurso projetados inicialmente, mas criam uma quinta nova característica: a menção do Marrocos como parceiro estratégico.

Assim sendo, o presente estudo confirma a hipótese de que a influência da dimensão de gênero pode ser vista dentro da projeção internacional marroquina como uma esfera subsidiária da projeção de um papel de exemplo de reforma para a região do MENA, sendo fator relevante para seu reconhecimento externo. Por fim, o presente trabalho ainda conclui que, apesar de não existir ainda um papel relacionado ao status da mulher esquematizado dentro da Teoria dos Papéis ou manifestado na conduta do Marrocos em sua projeção internacional, a crescente importância dessa dimensão para a imagem externa de países como o Marrocos faz com que exista uma expectativa de que, no futuro, um papel ligado especificamente à essa dimensão venha a ser identificado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AFILAL, R. Do Moudawana ao Código da Família: processos e conteúdos de uma reforma estratégica.
- ALTERMAN, B.; MALKA, H. Arab Reform and Foreign Aid: Lessons From Morocco. Significant Issues Series, Volume 28, Número 4. The Center for Strategic and International Studies Press. Washington, D.C. 2006.
- AGOUGHTIM, A. Proportion of Women in Moroccan Parliament Rises to 21%. Disponível em: <http://northafricapost.com/14582-proportion-women-moroccan-parliament-rises-21.html> , acesso em 15 de maio de 2017.
- BENES, Vít.. *Role theory: A conceptual framework for the constructivist foreign policy analysis?*. 2011.
- CARVALHO PINTO, V. Arab States. IN: Women in Executive Power, Orgs: BAUER, G.; TREMBLAY, M. Nova York: Routledge. 2011.
- CARVALHO PINTO, V. Nation-Building, State and the Genderframing of Women's Rights in the United Arab Emirates (1971-2009). ITHACA Press, Reino Unido, 2012.
- CASTILLEJO, C.; TILLEY, H. The road to reform Women's political voice in morocco. Development Progress, Case Study report, 2015.
- CHAFETZ, Glenn; ABRAMSON, Hillel; GRILLOT, Suzette. *Role Theory and Foreign Policy: Belarussian and Ukrainian Compliance with the Nuclear nonproliferation Regime*. Political Psychology, Vol. 17, No. 4 (Dec., 1996), pp. 727-757. 1996.
- FERNANDÉZ-MOLINA, Irene. *Moroccan Foreign Policy under Mohammed VI, 1999-2014*. Routledge: New York. 2016
- GOVERNMENT OFFICES OF SWEDEN. Swedish Foreign Service action plan for feminist foreign policy 2015–2018 including focus areas for 2016. Disponível em: <http://www.government.se/contentassets/b799e89a0e06493f86c63a561e869e91/action-plan-feminist-foreign-policy-2015-2018> , acesso em 27 de junho de 2017.
- HADDADI, Said. *Two Cheers for Whom? The European Union and Democratization in Morocco*. Democratization, 9:1, 149-169, 2002.
- HARNISCH, Sebastian; FRANK, Cornelia & MAULL, Hanns (Orgs). *Role Theory in international relations: approaches and analyses*. London: Routledge. 2012.
- HOLSTI, K.. *National Role Conceptions in the Study of Foreign Policy*. International Studies Quarterly, Vol. 14, No. 3, pp. 233-309. 1970.
- HUMAN RIGHTS WATCH, 2016. Letter to the King of Morocco on His Commitment To Withdraw Reservations to CEDAW. Disponível em: <https://www.hrw.org/news/2010/04/14/letter-king-morocco-his-commitment-withdraw-reservations-cedaw>
- INTERNATIONAL LABOR ORGANIZATION. Maroc – Code du Travail 2003. Disponível em: <http://www.ilo.org/dyn/travail/docs/450/Maroc%20-%20Code%20travail.pdf> , acesso em 24 de abril de 2017.

INTERNATIONAL MONETARY FUND. Middle East and Central Asia: A Survey on Gender Budgeting Efforts. IMF Working Paper, 2016

LE MATIN, 2012. Ouverture de la première session de la deuxième année législative de la neuvième législature. Disponible em: http://lematin.ma/journal/Ouverture-de-la-premiere-session-de-la-deuxieme-annee-legislative-de-la-neuvieme-legislature_Sa-Majeste-le-Roi-Mohammed-VI-preside-l-ouverture-de-la-nouvelle-session-parlementaire/172720.html

LE MATIN, 2015. Le Maroc demeure «un modèle unique» dans la région. Disponible em: http://lematin.ma/express/2015/promotion-des-droits-de-la-femme_-le-maroc-demeure--un-modele-unique--dans-la-region/221476.html

LLOREN, A. Gender Quotas in Morocco: Lessons for Women's Descriptive and Symbolic Representation. Representation, novembre de 2014.

MALKA; ALTERMAN. *Arab Reform and Foreign Aid: Lessons from Morocco*. Center for Strategic and International Studies, Washington D.C. 2006

MARROCOS, 2013^a. Discours de S.M le Roi Mohammed VI à l'occasion du premier anniversaire de l'Intronisation du Souverain. Disponible em: <http://www.maroc.ma/fr/discours-royaux/discours-de-sm-le-roi-mohammed-vi-%C3%A0-l-occasion-du-premier-anniversaire-de>

MARROCOS, 2013^b. On Friday, HM King Mohammed VI donated blood, marking the launch of a national campaign, organized between 8 and 24 March under the motto "every blood donation can save three lives. We can all be heroes". Disponible em: <http://www.maroc.ma/en/princely-activities/friday-hm-king-mohammed-vi-donated-blood-marking-launch-national-campaign>

MARROCOS, 2013^c. HM The King Sends Message To Participants In 61st Global Women Entrepreneurs Congress. Disponible em: <http://www.maroc.ma/en/royal-speeches/hm-king-sends-message-participants-61st-global-women-entrepreneurs-congress>

MARROCOS, 2013^d. USA Considers Morocco's Development Model As "Exceptional Success". Disponible em: <http://www.maroc.ma/en/news/usa-considers-moroccos-development-model-exceptional-success-official>

MARROCOS, 2013^e. Morocco, A USA Privileged Partner, President Of SLLF. Disponible em: <http://www.maroc.ma/en/news/morocco-usa-privileged-partner-president-sllf>

MARROCOS, 2013^f. UN Women Welcomes "Progressive Vision" Of His Majesty The King In Terms Of Gender Equality. Disponible em: <http://www.maroc.ma/en/news/un-women-welcomes-progressive-vision-his-majesty-king-terms-gender-equality>

MARROCOS, 2013^g. Insightful Leadership Of HM The King, Makes Moroccan Exception In Arab Region In Turmoil, The National Interest. Disponible em: <http://www.maroc.ma/en/news/insightful-leadership-hm-king-makes-moroccan-exception-arab-region-turmoil-national-interest>

MARROCOS, 2013^h. Morocco Hub Of Stability, Model In Region, Greek Deputy Prime Minister. Disponible em: <http://www.maroc.ma/en/news/morocco-hub-stability-model-region-greek-deputy-prime-minister>

MARROCOS, 2013ⁱ. Discours du 46ème Anniversaire de la Révolution du Roi et du Peuple. Disponible em: <http://www.maroc.ma/fr/discours-royaux/discours-du-46%C3%A8me-anniversaire-de-la-r%C3%A9volution-du-roi-et-du-peuple>

MARROCOS, 2014a. Discours de SM le Roi à l'occasion du 61^e anniversaire de la révolution du Roi et du peuple. Disponible em: <http://www.maroc.ma/fr/discours-royaux/discours-de-sm-le-roi-loccasion-du-61e-anniversaire-de-la-revolution-du-roi-et-du>

MARROCOS, 2014b. Azoulay Underlines In Seville Uniqueness Of Moroccan Democratic Model In Mediterranean Region. Disponible em: <http://www.maroc.ma/en/news/azoulay-underlines-seville-uniqueness-moroccan-democratic-model-mediterranean-region>

MARROCOS, 2014c. Morocco, Human Rights Model In Arab Region, UN High Commissioner For Human Rights. Disponible em: <https://www.maroc.ma/en/news/morocco-human-rights-model-arab-region-un-high-commissioner-human-rights>

MARROCOS, 2014d, Joe Biden Praises Morocco's Advances In Women's Rights Under Leadership Of HM King Mohammed VI. Disponible em: <http://www.maroc.ma/en/news/joe-biden-praises-moroccos-advances-womens-rights-under-leadership-hm-king-mohammed-vi>

MARROCOS, 2015a. Morocco's Reform Process Makes It Model In Region. Disponible em: <http://www.maroc.ma/en/news/moroccos-reform-process-makes-it-model-region>

MARROCOS, 2015b. HRH Prince Moulay Rachid Represents HM the King at Award Ceremony of Personality of Year for Family Cohesion, Disponible em: <http://www.maroc.ma/en/princely-activities/hrh-prince-moulay-rachid-represents-hm-king-award-ceremony-personality-year>

MARROCOS, 2016a. Moroccan Official Highlights Singularity of Morocco's Democratic Model. Disponible em: <http://www.maroc.ma/en/news/moroccan-official-highlights-singularity-moroccos-democratic-model>

MARROCOS, 2016b. Morocco's Development Model Is in line with EU Values. Disponible em: <http://www.maroc.ma/en/news/moroccos-development-model-line-eu-values>

MARROCOS, 2017. Morocco on Path of Building Development Model Putting Human Capital at Its Heart. Disponible em: <http://www.maroc.ma/en/news/morocco-path-building-development-model-putting-human-capital-its-heart-govrnement-head>

MINISTÈRE DE L'ECONOMIE E DES FINANCES, 2016. Quel Modele de Developpement Pour l'Entrée du Maroc dans le Concert des Pays Emergents?, Disponible em: https://www.finances.gov.ma/Docs/2016/igf/note_colloque2-3062016.pdf

MONJIB, Maati. *The "Democratization" Process in Morocco: Progress, Obstacles, and the Impact of the Islamist-Secularist Divide*. Working Paper n°5, agosto de 2011.

MOUAQUIT, M. 'Du développement en general au développement "genre". Genre en Action, Pessac. 2009.

ONU, 2017. Speech by Mrs Bassima Hakkaoui, Minister of Solidarity, Women, Family and Social Development and head of the Moroccan delegation During the 61st session of the Commission on the Status of Women of the United Nations on Women's Economic Empowerment in the Changing World of Work. Disponible em: https://papersmart.unmeetings.org/media2/14682976/16_03_speech_morocco-e-.pdf

PARLAMENTO EUROPEU, 2015. Développement Humain et Egalité de Genre - Expérience du Royaume du Maroc. Disponible em: http://www.europarl.europa.eu/meetdocs/2009_2014/documents/dmag/dv/dmag20100505_09/dmag20100505_09_fr.pdf

PITTMAN, A. 'Winning women's rights in Morocco'. Institute of Development Studies, Brighton. 2008.

PEACE RESEARCH INSTITUTE OF OSLO. Integrating Gender into Foreign Policy. Disponível em: <https://www.prio.org/utility/DownloadFile.ashx?id=481&type=publicationfile>, acesso em 28 de junho de 2017.

QUOTA PROJECT. Morocco Disponível em: <http://www.quotaproject.org/countryview.cfm/uid/countryview.cfm?ul=en&CountryCode=MA>, acesso em 23 de abril de 2017.

ROUDI-FAHIMI, F; MOGHADAM, V. Empowering Women, Developing Society: Female Education in the Middle East and North Africa 2003 <http://www.prb.org/pdf/EmpoweringWomeninMENA.pdf>

SOCIAL INSTITUTIONS AND GENDER INDEX (SIGI). 2012 SIGI Social Institutions and Gender Index – Understanding the Drivers of Gender Inequality. Disponível em: <http://www.genderindex.org/sites/default/files/2012SIGIsummaryresults.pdf>, acesso em 24 de abril de 2017

SALOMÓN, Mônica; PINHEIRO, Letícia. *Análise de Política Externa e Política Externa Brasileira: trajetória, desafios e possibilidades de um campo de estudos*. Rev. Bras. Polít. Int. 56 (1): 40-59. 2013

TAVAANA. Moudawana - A Peaceful Revolution for Moroccan Women Disponível em: https://tavaana.org/sites/default/files/moudawana_en_pdf.pdf, acesso em 15 de maio de 2017.

TOWNS, A. The Status of Women as a Standard of ‘Civilization’. European Journal of International Relations, volume 15, número 4. 2009.

UNICEF. Morocco - MENA Gender Equality Profile: Status of Girls and Women in the Middle East and North Africa. Disponível em: <https://www.unicef.org/gender/files/Morocco-Gender-Eqaulity-Profile-2011.pdf>, acesso em 24 de abril de 2017.

WORLD BANK. World Development Report 2012 – Gender Equality and Development. Disponível em: <https://siteresources.worldbank.org/INTWDR2012/Resources/7778105-1299699968583/7786210-1315936222006/Complete-Report.pdf>, acesso em 24 de abril de 2017.

ŽVAN, K. The Politics of the Reform of the New Family Law (the Moudawana). Faculty of Oriental Studies, University of Oxford. 2007.